



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 554 - DE 5 A 19 DE NOVEMBRO DE 2017 - R\$ 4,00



Bolívia

**Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional comemora
os 100 anos da Revolução Russa**



Brasil

**Abaixo a MP 805! Abaixo a Reforma da Previdência!
Organizar imediatamente a greve nacional do funcionalismo!
Convocar as assembleias! Constituir os comitês de base!
Unir a luta do funcionalismo à dos demais trabalhadores!
Pôr em pé uma poderosa GREVE GERAL para derrotar de conjunto
as reformas e medidas do governo e Congresso Nacional golpistas!
Toda força à paralisação do dia 10/11**

Recuperar o terreno perdido

Enfrentar o governo e seu plano com a greve geral

A MP 805, voltada contra o funcionalismo federal, é mais uma medida que sacrifica os trabalhadores. Passo a passo, o governo golpista implanta seu plano geral de proteção ao capital financeiro e ao grande capital industrial. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, começou sua política econômica impondo a reforma constitucional, que estabelece um teto de gastos e libera o governo para manejar livremente o orçamento. O ponto de partida está em cobrir o déficit primário e garantir o pagamento da gigantesca carga de juros da dívida pública. Acima da economia e das condições sociais do País, está o parasitismo financeiro.

A principal função do governo burguês é administrar o endividamento e os particulares interesses dos banqueiros e fundos de investimentos. Volta e meia, como agora, a imprensa monopolista exalta os perigos que envolvem o déficit primário e a “falência” das contas públicas. Segundo o informe, em setembro, a dívida bruta do País atingiu R\$ 4,79 trilhões, que corresponde a 73,9% do PIB. O custo anual da dívida chegou a R\$ 567,52 bilhões, 8,75% do PIB.

A MP 805 é uma das medidas que auxiliará o governo a cobrir o déficit primário estimado em R\$ 159 bilhões. O funcionalismo deve arcar com a continuidade do congelamento salarial e aumento da alíquota da previdência. O objetivo mais estratégico é o de quebrar a estabilidade do funcionalismo. Para isso, a MP 792 prevê as demissões (PDVs) e o afastamento temporário. É importante, portanto, não desvincular esse ataque do plano geral de Temer.

A reforma trabalhista abriu caminho para profundas alterações nas relações de trabalho. Agora é a vez de mais uma violenta mudança na previdência. Apesar do governo ter recuado na portaria que protege o trabalho escravo, a tentativa está de acordo com a reforma trabalhista. Faz parte dos cálculos dos capitalistas, a intensificação da exploração da força de trabalho. A essas medidas, denunciaremos de antipopulares.

O leilão do pré-sal busca arrecadar fundos para também cobrir o rombo orçamentário provocado pela dívida pública. Entregam-se valiosos campos de petróleo para o capital imperialista. Desnacionalizam-se ainda mais os setores estratégicos da economia nacional. Tudo isso para sustentar o parasitismo financeiro. Temer teve de voltar atrás na decisão de acabar com a estatização da Renca, rica em recursos naturais. Também nesse caso indicou o caminho que toma setores da burguesia entreguista entrelaçada ao capital imperialista. A privatização das hidrelétricas foi, no entanto, assimilada pelo conjunto da burguesia. As privatizações e desnacionalizações compõem outra parte do plano geral de Meirelles. A essas medidas, denunciaremos de antinacionais.

O resultado desse plano será desastroso para a economia e para a vida dos explorados. Quanto mais pesa a dívida pública ao Tesouro nacional, mais se desviam recursos para alimentar o parasitismo financeiro. Quanto mais se entrega recursos naturais às multinacionais, mais se enfraquece a capacidade do Estado de intervir na economia para impulsionar as forças produtivas. Quanto mais poder ganharem os monopólios, mais controlarão o mercado interno e especularão com os preços. E quanto mais se desnacionalizar, maior será a sangria econômica do País e maior será sua submissão perante as potências.

O golpe de Estado foi gestado e concluído com o claro propósito de implantar o programa antinacional e antipopular.

A crise política não impossibilitou que Temer e seus lacaios do Congresso Nacional impusessem essa diretriz. Tudo o que diz respeito às alterações das relações trabalhistas tem sido encaminhado. Tudo o que diz respeito aos cortes orçamentários que atingem a saúde, educação, moradia, bolsa-família, etc. tem sido cumprido. É um grande engano achar que nada será feito com a previdência. Tudo que se refere às privatizações e desnacionalizações também tem sido executado. Os recuos no caso da Renca e da portaria do trabalho escravo se deveram à divisão interburguesa e às pressões de organismos internacionais do próprio imperialismo. É questão de tempo para que negociem entre si uma solução.

Mesmo assim, há quem diga que o governo é fraco. Imaginem só se fosse forte. A crise política, evidentemente, dificultou que Temer montasse um governo ainda mais forte. O correto é afirmar que teve força suficiente para levar adiante grande parte de seu plano. A explicação está em que se trata de um governo imposto ao País e aos explorados pelo golpe de Estado. O Congresso Nacional foi o órgão do golpe e assim se responsabilizou pela manutenção de Temer a qualquer custo. O plano montado por Meirelles se tornou propriedade comum dos partidos golpistas e do Congresso Nacional. A pequena divisão de suas bases nos episódios das denúncias da Procuradoria Geral da República não afetou no fundamental a governabilidade. A compra de deputados e as grotescas concessões às bancadas parlamentares são parte orgânica da política burguesa.

Ocorre que a governabilidade do governo ditatorial e a implantação de seu plano ficaram inteiramente na dependência da burguesia. Institucionalmente, ficaram na dependência do Congresso Nacional, completamente divorciado das necessidades das massas. A greve geral de 28 de abril assinalou um outro caminho. A governabilidade e o plano passariam a depender da luta de classes. Em outras palavras, os explorados se colocaram por confrontar o governo golpista e suas reformas por meio de seus métodos próprios de luta. De seu desenvolvimento dependia a sorte do governo e de seu plano. A burocracia sindical desmontou o movimento. O governo e o Congresso Nacional respiraram aliviados. Podiam aprovar a reforma trabalhista sem nenhuma resistência dos assalariados. Agora pode acontecer o mesmo com a reforma da previdência, caso não se retome à greve geral.

No dia 10 de novembro, as centrais sindicais convocaram um dia de manifestações. É preciso convocar os operários nas fábricas, os condutores nas garagens e metrô, o funcionalismo nos locais de trabalho, os populares nos bairros e os estudantes nas escolas. Com uma só força levantar as bandeiras contra o governo golpista e as reformas. Levantar a bandeira pelo não pagamento da dívida pública. Exigir a volta dos empregos, a estabilidade e o fim das demissões. Exigir a derrubada da MP contra o funcionalismo. Pelo reajuste salarial imediato a todo o funcionalismo. Exigir a reestatização de todas as empresas privatizadas, sob o controle operário. Organizar a frente única anti-imperialista para enfrentar a desnacionalização e o saque imposto ao País. Para que esse movimento avance, deve se colocar pela organização da greve geral.

Nossa estratégia é a da luta pelo governo operário e camponês. Nosso programa é o da expropriação da burguesia por meio da revolução proletária.

Câmara de Deputados execrou definitivamente as denúncias de Rodrigo Janot Reorganizar a luta operária e popular

Por 251 a 233 votos, os deputados absolveram Temer e rejeitaram a denúncia da Procuradoria-Geral da República. Não houve nenhuma surpresa. O fato de ter diminuído o número de votos em favor de Temer em relação à primeira denúncia não tem a menor relevância. Todos sabiam que a oposição não tinha capacidade de modificar a pantomima.

O país assistiu pela segunda vez a comédia bufanesca. A arenga da imprensa em torno do conflito entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e Temer não passou de uma briga de família. A notícia de que os aliados do presidente aproveitavam a situação para praticar o famoso “toma lá dá cá” foi recebida como enfadonha denúncia. O acontecimento mais espalhafatoso se passou com o cancelamento de gigantescas dívidas de empresários que se achavam pendurados no fisco. Estima-se que Temer despendeu com as duas denúncias cerca de R\$ 32 bilhões. Mesmo sabendo que iria causar indignação, até mesmo entre setores da burguesia, o governo baixou a portaria que flexibiliza as regras de combate ao trabalho escravo.

Na segunda denúncia, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) estava ciente de que não haveria surpresa. Na primeira denúncia, o governo e os partidos da base aliada se viram na contingência de destituir parlamentares infieis e substituí-los pelos paus mandados. Tiveram, inclusive, de derrotar o relator Sérgio Zveiber, do próprio PMDB, e aprovar o relatório pró-Temer do capacho Paulo Abi-Ackel, do PSDB. Na segunda denúncia, foi escolhido a dedo para relatoria o deputado Bonifácio de Andrada, também do PSDB. Esse partido, na primeira denúncia, exibiu uma divisão interna, que parecia uma perigosa insubordinação. Terminada a votação a favor de Temer, os peessedebistas baixaram a poeira do tropel. Repetiu-se a palhaçada. O PSDB continuou com seus quatro ministérios e pretende bem usá-los a seu favor nas eleições de 2018. Houve um entrevero em torno da rejeição do ministro da Secretaria de Governo, Antônio Imbassahy, do PSDB, pelos partidos do centrão, que não o aceitavam como coordenador das operações contrárias à denúncia. Temer simplesmente atribuiu a tarefa ao seu braço direito Eliseu Padilha, também um dos denunciados.

Na CCJ e na Câmara dos Deputados, as forças governistas reproduziram a estratégia de inverter a denúncia. Temer compareceu como vítima de perseguição da Procuradoria-Geral da República e o seu denunciante, Janot, como um conspirador. Temer divulgou uma carta à Câmara e ao Senado afirmando que estava em marcha uma tentativa de derrubar seu

governo. Nas vésperas da votação da segunda denúncia, foram divulgadas novas denúncias, desta vez, pelo delator Lúcio Funaro, que em detalhes narrou o envolvimento de Temer na corrupção e como chefe do quadrilhão do PMDB.

O “desabafo” do presidente golpista não teve eco, uma vez que quem autorizou a divulgação do vídeo em que Funaro relata todo o processo de bandidagem foi nada mais nada menos que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. O ataque do advogado de Temer a Maia criou um mal-estar, que logo foi dissipado. Maia não teve a intenção de vazar o vídeo e o advogado não quis conspurcar um nome tão importante para a continuidade do governo Temer.

Nesse vaivém, Maia procurou explicar que é o presidente da Câmara e não um apêndice do executivo. Ocorre que a segunda denúncia não passava da extensão da primeira. Mas o quadro político não era exatamente o mesmo. Os conflitos entre as instituições do Estado havia se agravado. O episódio do segundo afastamento do senador Aécio Neves e a medida cautelar que determinava seu recolhimento noturno refletiu a

Notamos que as pressões sobre o governo criadas pelas denúncias serviram para mantê-lo completamente submetido à política econômica pró-imperialista e antioperária. Temer e o PMDB não poderiam se acomodar no poder e ter as mãos livres para reunir forças políticas voltadas às eleições de 2018. Certamente, se houvesse uma grande divisão interburguesa quanto às diretrizes econômicas e as consequentes medidas, dificilmente o governo sobreviveria.

dissintonia entre o poder legislativo e o judiciário. Mais vezes se erguiam na defesa do disciplinamento da Operação Lava Jato e pela sua finalização. Avultava o argumento sobre os riscos de criminalizar a política. O que poderia comprometer a harmonia entre os poderes e impulsionar a desestabilização do Estado. De maneira que o Supremo Tribunal Federal (STF) se acomodou às exigências do Senado. Aécio Neves voltou às suas funções. Temer enterrou a segunda denúncia e, pelo visto, colocou uma lápide sobre a delação de Funaro.

O escândalo foi tão grande e vergonhoso que Temer não conseguiu manter a unanimidade da frente burguesa que derubou Dilma Rousseff. No entanto, a questão fundamental não era e não é a corrupção. Mas sim as reformas antinacionais e antipopulares. A unanimidade burguesa permaneceu intacta quanto a esse objetivo, que esteve na base do golpe de Estado. Notamos que as pressões sobre o governo criadas pelas denúncias serviram para mantê-lo completamente submetido à política econômica pró-imperialista e antioperária.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Temer e o PMDB não poderiam se acomodar no poder e ter as mãos livres para reunir forças políticas voltadas às eleições de 2018. Certamente, se houvesse uma grande divisão interburguesa quanto às diretrizes econômicas e as consequentes medidas, dificilmente o governo sobreviveria.

O estancamento da queda econômica, o controle da inflação, a possibilidade de reduzir a taxa Selic e a diminuição do impacto das demissões em massa e da alta do desemprego serviram para Temer mostrar à burguesia e à frente golpista que a sua preservação era o melhor caminho para avançar o plano econômico. A alteração na dinâmica da economia, ainda que pequena e indefinida, contrabalançou a dinâmica da crise política calcada na Operação Lava Jato e nas denúncias contra o presidente da República. No entanto, o fator preponderante nesta relação se encontra na luta de classes.

A burocracia sindical oposicionista e governista – CUT e Força Sindical – contiveram o descontentamento das massas e a revolta das camadas mais politizadas. A greve geral de 28 de abril demonstrou a disposição de luta unitária e nacional dos explorados. Serviu para a classe operária mostrar a sua força social. A trava colocada pela burocracia no seu desenvolvimento auxiliou o governo e os poderes do Estado em conflito a ultrapassar o vendaval da crise política. A aprovação da reforma trabalhista foi o grande trunfo apresentado por Temer aos capitalistas. Tornou-se relevante a campanha governamental de que o país está saindo da crise. Tal avaliação será testada pelas massas no próximo período. No momento da crise, porém, serviu às ações do governo golpista. Está aí por que a burocracia sindical cometeu uma traição a serviço da governabilidade e

da estabilização política.

Os explorados vivenciaram e vivenciam a decomposição da economia capitalista e da democracia oligárquica. Experienciaram o fracasso do reformismo petista. Assistiram horrorizados à imposição das reformas antinacional e antipopular. Vencida a turbulência causada pelas duas denúncias, Temer se apruma para aprovar a reforma da previdência. Os explorados não devem se fiar na avaliação de que não há condições para o Congresso Nacional aprovar o projeto que arrebenta com a aposentadoria.

Depois que a burocracia sindical desmontou a tendência de luta, que se manifestou em março e abril, e depois que foi aprovada a reforma trabalhista, as condições se tornaram mais difíceis para reorganizar o movimento nacional. É preciso, no entanto, que a vanguarda realize uma ampla campanha pela convocação das assembleias, pela organização dos comitês de luta e pela greve geral.

Permanece em pé o enfrentamento com o governo e com o Congresso Nacional golpistas. Os empregos não voltarão como o governo está prometendo. A situação de miséria e pobreza continuará a se agravar. A implantação das reformas antinacional e antipopular potenciará as contradições do capitalismo atrasado. A brutal dívida pública sangrará ainda mais a economia nacional e será descarregada, como está sendo, sobre os ombros da maioria oprimida. Essas condições exigem uma propaganda e agitação das reivindicações mais elementares dos pobres e famintos, vinculadas ao programa de expropriação da burguesia e à estratégia própria de poder da classe operária, o governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Apodrecimento da democracia oligárquica

Parece que as hostes da burguesia não se assombram diante da decomposição das relações políticas e do funcionamento institucional da democracia. Fazem parte das hostes os jornais, comentaristas, juristas, academias, intelectuais e uma renque de institutos. Apoiaram o golpe e permaneceram ao lado do governo corrupto. Parte de seus defensores faz esta ou aquela crítica à promiscuidade, mas se prostrou diante das duas decisões da Câmara de Deputados contrárias à admissibilidade das denúncias da Procuradoria-Geral da República contra Temer. Mostra-se “preocupada” com a desmoralização do que denomina impropriamente de “classe política”.

As hostes estão de acordo que agora, apesar de tudo, Temer tem de concluir bem a transição. É preciso reordenar as forças políticas da burguesia para eleger em 2018 um governo que garanta a continuidade das reformas realizadas pelo governo golpista (rejeitam a caracterização de que houve um golpe de Estado). Estão perto de chegar ao acordo de que a Operação Lava Jato já cumpriu sua função e que, passadas as duas denúncias contra Temer, deve deixar de ser um fator de desestabilização da governabilidade.

Há aqueles da hoste burguesa que censuram a pretensão do Ministério Público de criminalizar de forma geral os partidos e a política. A comparação com o que se passou na Itália com a Operação Mãos Limpas veio a demonstrar que não há

como erradicar a corrupção. É claro que não chegam ao ponto de admitir que a venalidade é intrínseca à política que rege o Estado, portanto, própria da democracia burguesa. A experiência italiana mostrou que a corrupção não só não foi anulada como um importante fator das relações políticas como também agravou e ganhou mais espaço. É o que se deve esperar do resultado da Operação Lava Jato.

As duas votações em que a Câmara de Deputados negou o pedido de investigação das denúncias contra Temer e seus dois ministros, por si só, puseram um limite à Operação Lava Jato, indicando que o Ministério Público e a Polícia Federal são poderes subalternos. Ao não afastar o presidente da República e ao não conduzir o processo para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional expressou a natureza oligárquica da democracia brasileira e o avançado grau de putrefação. O Parlamento, como principal poder da democracia burguesa, assumiu para si os crimes de corrupção praticados pelas mais proeminentes figuras partidárias. Utilizou-se do poder que a Constituição lhe confere para proteger quadrilheiros e notórios bandidos, como Temer, Aécio, Padilha, Moreira Franco, etc. A imunidade parlamentar instituída supostamente para garantir a livre manifestação do deputado e senador acabou sendo manipulada para impedir que o judiciário desse a palavra final diante da bem fundamentada denúncia constituída pela Procuradoria-Geral da

República. O Congresso Nacional se sobrepôs, seguindo a orientação do executivo, aos demais poderes não para defender a livre expressão do parlamentar, mas para garantir a liberdade de bandidos da política burguesa. O mesmo diz respeito à função presidencial. O caso do senador Aécio Neves e do presidente Michel Temer está indissolúvelmente entrelaçado.

O governo do PT foi bombardeado por seus opositores com as denúncias de “corrupção sistêmica”. Um de seus aspectos dizia respeito ao que se popularizou como “toma lá dá cá”. Em outras palavras, para governar os petistas não só cederam à relação fisiológica com os partidos e parlamentares, como também a reforçaram.

O fato de Lula ter denunciado a ganância de Temer para comprar os votos de apoio contra as denúncias de Rodrigo Janot mereceu um editorial do jornal O Estado de São Paulo, intitulado “O custo da governança”. Questionou não a informação de que “Temer gastou 14 bilhões de reais comprando deputados”, nem poderia questionar uma vez que em seus próprios cálculos de conjunto o “toma lá dá cá” de Temer atingiu cerca de 32 bilhões de reais. O questionamento foi no sentido de que Lula e Dilma gastaram muito mais. E, portanto, se Temer gastou menos na compra de seus aliados, significa que “gerencia melhor a coalizão que sustenta seu governo”. A desfaçatez vai mais longe. O editorial conclui que, distintamente dos governos petistas, “Temer montou uma coalizão com perfil ideológico razoavelmente homogêneo”.

O fundamental, porém, está na semelhança da utilização do “toma lá dá cá”. É bom lembrar que Fernando Henrique Cardoso usou descaradamente esse mesmo método de governar. Ocorre que o fisiologismo é parte constitutiva do funcionamento da democracia oligárquica. Se o governo não tem maioria parlamentar, terá de praticar a sedução dos cargos e do orçamento público. Uma corrente da política burguesa acha que o regime parlamentarista superaria essa dependência como se fosse da natureza do presidencialismo. Desconhece-se a composição oligárquica das instituições e da política burguesa.

Lula para se eleger levou o PT a constituir uma coligação com partidos da burguesia e para governar se viu na contingência de ampliá-la. Não se faz tal aliança sem favorecer os seus próprios adversários. A derrubada do governo de Dilma foi a prova definitiva dessa constatação. Na realidade, não foi o PT que montou o sistema de corrupção. O certo é que teve de ingressar nele antes de chegar à presidência da República. Mergulhou no pantanal como condição de garantir a governabilidade. O resultado foi que apodreceu até os ossos.

O governo de Temer resultou de um golpe. O Congresso Nacional foi o órgão do golpe. A relação fisiológica, portanto, se manteve e se reproduziu na distinta situação de um governo não eleito, mas imposto. A frente partidária golpista obrigatoriamente tinha e tem de garantir a governabilidade. Está aí por que a grande maioria dos deputados e senadores está alinhada com o plano econômico montado

pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles. O “toma lá dá cá” de Temer e congressistas se deve principalmente à crise política provocada pelas denúncias da Lava Jato contra o presidente da República. Nem mesmo os maiores apoiadores do golpe de Estado deixaram de mostrar a montanha de recursos usada por Temer para favorecer sua base de apoio. Não se pode ocultar que a compra de deputados se

O governo de Temer resultou de um golpe. O Congresso Nacional foi o órgão do golpe. A relação fisiológica, portanto, se manteve e se reproduziu na distinta situação de um governo não eleito, mas imposto. A frente partidária golpista obrigatoriamente tinha e tem de garantir a governabilidade. Está aí por que a grande maioria dos deputados e senadores está alinhada com o plano econômico montado pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

dá no âmbito do Congresso Nacional como órgão do golpe e responsável pela existência do governo golpista. A maior homogeneidade ideológica, apontada pelo editorial, tem por conteúdo a unidade da frente golpista em garantir a existência do governo.

Não se pode esperar de nenhum analista serviçal da burguesia e de nenhum partido vinculado ao Estado o reconhecimento do caráter oligárquico e do apodrecimento da democracia. O PT, PCdoB e mesmo uma ala da esquerda ligada ao PSOL chegam a admitir a presença de traços oligárquicos. Deduzem daí que o apodrecimento da democracia se deve à composição do Congresso Nacional. Ou seja, a sua maior força pende do centro à direita. Essa correlação de forças desfavorável ao alargamento da democracia, que impede de estabelecer uma base popular, pode ser modificada. A sua bandeira de democratização do Estado é estratégica, corresponde ao programa de reformas do capitalismo. O PT, nos seus primórdios, advogava com fervor uma mudança nas forças políticas que levaria à derrota da aliança oligárquica que historicamente comandou o Estado. Uma nova aliança “progressista”, que incluía naquele momento o PSDB, seria alcançada tendo o PT como um de seus protagonistas. Ocorreu justamente o contrário. Não foi possível a tal da aliança progressista e o PT enveredou na mais arcaica aliança oligárquica.

Somente o programa do proletariado - por se constituir sobre a base das leis do desenvolvimento histórico do capitalismo, de seu esgotamento e criação das condições objetivas para a revolução social - tem como demonstrar e fundamentar a degeneração da democracia oligárquica. Não se trata de democratizar o Estado burguês, mas de destruí-lo por meio da revolução proletária. As massas exploradas erguerão os organismos de poder e da democracia operária desde as bases. A luta contra o governo golpista e a democracia oligárquica, portanto, deve se dar sob a estratégia própria de poder da classe operária. O combate à destruição de existência das massas, pela derrubada do poder burguês e pela constituição de um governo operário e camponês permitirá constituir uma vanguarda capaz de pôr em pé o partido operário revolucionário.

Ditadura civil de Temer impulsiona a desnacionalização do petróleo

Logo após a Câmara dos Deputados livrar Temer da segunda denúncia, iniciou-se o leilão de blocos do pré-sal. Tudo estava planejado e engatilhado. A entrega de recursos naturais para o grande capital, principalmente para as multinacionais, constou do programa econômico que serviu de diretriz para o golpe de Estado. As gigantescas reservas petrolíferas continuam sendo estratégicas para as potências, embora muito se fale sobre as “matrizes energéticas renováveis”. Não por acaso, Donald Trump decidiu por um ponto final nos acordos ambientais que limitam os interesses das petroleiras. Essa fonte de energia foi e continua sendo um dos pilares da dominação imperialista.

Nunca os Estados Unidos e as demais potências admitiram o monopólio estatal do petróleo no Brasil. Combateram ferreamente a criação da Petrobras no governo de Getúlio Vargas. É bom lembrar que o velho nacionalista admitiu que a empresa estatal fosse compartilhada com o capital estrangeiro. A decisão por uma Petrobras inteiramente nacional contrariou os negócios do capital imperialista. Nunca cessaram as pressões para que se rompesse o monopólio estatal. Embora a Petrobras se potenciasse gradativamente e alcançasse alto nível tecnológico, as forças pró-imperialistas insistiam no argumento de que o monopólio se constituía numa trava ao desenvolvimento da economia nacional.

Esperava-se que com a derrota do nacionalismo em 1964

treiguistas. O que foi denominado de neoliberalismo não era senão a imposição da política mundial ditada pelos Estados Unidos. A gigantesca dívida externa – depois transformada em interna, pública – foi decisiva para o esgotamento da ditadura militar e virada dos governos eleitos para a ampla desnacionalização. Uma das medidas foi a quebra do monopólio do petróleo em 1997.

A descoberta das reservas do pré-sal pela Petrobras, em 2006, durante o governo Lula, inflamou a cobiça dos trustes petrolíferos. Para conter as pressões desnacionalizadoras, o governo petista modificou o “regime de concessão” de FHC, substituindo-o pelo “regime de partilha”, por meio do qual o Estado e a Petrobras passavam a deter o poder de decisão. Evidentemente, a partilha não superava a quebra do monopólio do petróleo, apenas dificultava o controle pelas petroleiras internacionais. Em 29 de novembro de 2016, três meses após a derrubada do governo do PT, o Senado aprovou a Lei 13.365, de José Serra, que altera o regime de partilha. Desobriga a Petrobras de participar nos leilões do pré-sal, no mínimo de 30%. A frente parlamentar golpista, assim, atendeu aos interesses das multinacionais.

Temer organizou recentemente, em 27 de outubro, um leilão de oito blocos do pré-sal. Vendeu seis. A Petrobras, fragilizada pela crise da Operação Lava Jato, e dirigida por uma agente dos trustes internacionais, ficou à margem. Re-

Recordemos que as petroleiras boicotaram o leilão petista de 2013, rechaçando o controle operacional da Petrobras. Apenas o riquíssimo Campo de Libra foi adquirido. Aguardaram o momento propício em que se mudou o governo e se alterou o sistema de partilha. Foi dado, portanto, mais um passo no controle multinacional dessa fonte de energia. Esse acontecimento se soma à tentativa do governo golpista de romper o controle estatal da reserva mineral de Renca, na região amazônica.

cordemos que as petroleiras boicotaram o leilão petista de 2013, rechaçando o controle operacional da Petrobras. Apenas o riquíssimo Campo de Libra foi adquirido. Aguardaram o momento propício em que se mudou o governo e se alterou o sistema de partilha. Foi dado, portanto, mais um passo no controle multinacional dessa fonte de energia. Esse acontecimento se soma à tentativa do governo golpista de romper o controle

estatal da reserva mineral de Renca, na região amazônica. Teve de recuar, sob a pressão de setores aliados. Mas se tratou de um recuo provisório. A privatização da Eletrobras está nos cálculos do governo. A venda de 4 hidrelétricas da Cemig prepara o caminho da privatização geral de todo o sistema. Até a mesma a Casa da Moeda consta na lista de privatizações de Temer. Está previsto para início de novembro o exercício militar na fronteira da Amazônia entre as Forças Armadas do Brasil e dos Estados Unidos. A chamada Operação AmazonLog é uma grave concessão do governo golpista ao imperialismo norte-americano.

Essas medidas e acontecimentos expressam a profunda dependência do Brasil e o caráter pró-imperialista do governo. Está claro que o golpe instituiu um governo autoritário que age por cima e completamente divorciado da maioria nacional.

A crise mundial arrastou o Brasil para o precipício, que-

A crise mundial arrastou o Brasil para o precipício, que-

A crise mundial arrastou o Brasil para o precipício, que-

brou a governabilidade petista, impulsionou o movimento reacionário da burguesia pelo impeachment de Dilma Rousseff e deu lugar a um governo de ditadura civil. É nestas condições que avançam o desmonte da Petrobras, a entrega do pré-sal e ampla desnacionalização de setores fundamentais da economia nacional. Mas não só as condições econômicas adversas ao país explicam a direitização pró-imperialista dos partidos da burguesia. No plano político, é necessário reconhecer a falência do nacional-reformismo petista, que se prostrou diante do grande capital. Não se pode esquecer que o governo Dilma também elaborou um plano de privatização. A questão não se encerra aí.

A derrocada do nacional-reformismo pôs às claras o papel contrarrevolucionário da burocracia sindical. No sentido de que levantou um poderoso muro de contenção das lutas operárias e camponesas. O nacional-reformismo concluiu submetido à ditadura civil de Temer. A espalhafatosa oposição no Congresso Nacional não teve e não tem como ocultar essa constatação. O desmonte da tendência grevista, que se manifestou nos meses de março e abril, que chegou a se erguer por meio da greve geral de 28 de abril, facilitou ao governo golpista promover a reforma trabalhista e impulsionar o plano de desnacionalização.

As condições para quebrar a espinha dorsal desse go-

verno estavam dadas, uma vez que esteve todo tempo mergulhado na crise política. Os democratizantes e hipócritas defensores da soberania nacional temeram que as massas se chocassem frontalmente com o governo e o Congresso Nacional e se abrisse no país uma situação convulsiva.

É preciso, com todas as letras, responsabilizar o PT, a Frente Brasil Popular e os burocratas sindicais de bloquear a luta das massas contra a imposição do plano Meirelles. Responsabilizar pelo avanço da privatização da Petrobrás e da entrega dos recursos petrolíferos nacionais. Responsabilizar por ter desviado o curso da luta de classe para as discussões interburguesas no parlamento.

É preciso, com todas as letras, responsabilizar o PT, a Frente Brasil Popular e os burocratas sindicais de bloquear a luta das massas contra a imposição do plano Meirelles. Responsabilizar pelo avanço da privatização da Petrobrás e da entrega dos recursos petrolíferos nacionais. Responsabilizar por ter desviado o curso da luta de classe para as discussões interburguesas no parlamento. E, assim, responsabilizar por terem inviabilizado a constituição de um movimento de frente única anti-imperialista, a derrubada do governo golpista e o desenvolvimento da luta por um governo operário e camponês.

Somente a classe operária, na direção da maioria oprimida, poderia e poderá levantar o programa de ruptura com o imperialismo e independência nacional. A crise permanece e os explorados terão de reerguer o movimento de resistência. A greve geral de abril é um marco que deve se recolocar diante dos novos embates. As bandeiras de independência e de recuperação do patrimônio nacional entregue ao imperialismo certamente farão parte, cada vez mais presentes, das lutas operárias e camponesas.

Abaixo a MP 805! Abaixo a Reforma da Previdência! Organizar imediatamente a greve nacional do funcionalismo! Convocar as assembleias! Constituir os comitês de base! Unir a luta do funcionalismo à dos demais trabalhadores!

Pôr em pé uma poderosa greve geral para derrotar de conjunto as reformas e medidas do governo e Congresso Nacional golpistas!

Assim que se livrou da segunda denúncia, o golpista Temer anunciou novos ataques. O governo decrepito só se mantém de pé às custas de mais e mais sacrifícios aos trabalhadores e demais oprimidos. Ao mesmo tempo em que o Ministério do Planejamento rebaixava a previsão do salário mínimo para 2018, de R\$ 969 para R\$ 965, Temer editou duas medidas provisórias alegando a necessidade de “cumprir a meta fiscal”. É mais um feroz ataque do governo e da burguesia às condições de vida da maioria oprimida. É mais uma ação em favor do capital financeiro.

Salários congelados

Na prática, a Medida Provisória confisca parte do salário

dos servidores de duas formas. Primeiro, como efeito imediato, congela reajustes já aprovados para trinta categorias do funcionalismo federal. Reajustes estes previstos para 2018, que já tinham sido firmados em percentuais abaixo da inflação. Somente com esta medida, o governo reterá R\$9,7 bilhões. Além disso, a MP limita o salário de entrada dos servidores a R\$ 5 mil, embolsando R\$ 83 bilhões em 30 anos. Sabemos, porém, que os supersalários, a exemplo do judiciário, legislativo e executivo, são mantidos. Como disse a presidente do STF, nestes casos, além do teto, são permitidos os “puxadinhos”. No pacote, foi incluído o fim do auxílio reclusão, que atualmente é pago a dependentes de contribuintes do INSS de baixa renda que estão presos. Destas famílias, serão retirados R\$ 600 milhões.

Aumento da contribuição previdenciária

A segunda forma de reduzir os salários se dá com o aumento da contribuição previdenciária de 11% para 14% sobre a parcela

do salário que exceder o teto do Regime Geral (R\$ 5.531,31), medida que valerá a partir de fevereiro do ano que vem. Há uma forma de escapar do aumento da contribuição, segundo a MP, aderindo à previdência complementar privada, o Funpresp, que entrega a poupança dos trabalhadores ao mercado financeiro. Com isso, o governo insiste em forçar a adesão. Os antigos servidores que migrarem para o Funpresp perderão o direito à aposentadoria integral. As alternativas que o governo oferece são: ser esfolado agora ou depois. A medida terá impacto direto sobre o funcionalismo dos estados. Em alguns, já tinham sido aprovados pacotões, muitas vezes condicionados às negociações da dívida dos estados com a União. Mas, agora, esta MP uniformizará o ataque, pois, segundo a Lei Federal nº 9.717/1998, as alíquotas locais não podem ser inferiores às cobradas pelo governo federal.

Sacrifício para quem?

A medida se soma à MP 792, promulgada no fim de julho, que permite afastamento de servidor concursado por até seis anos sem remuneração, bastando que as chefias aleguem “interesse público” e institui Programas de Demissão Voluntária para servidores públicos do executivo federal. E se dá no quadro de aprovação da lei da terceirização, que avança sobre o setor público e privado, e da Emenda Constitucional 95, que congela os gastos sociais por 20 anos, com inúmeras consequências para servidores e a população pobre.

Enquanto sacrifica direitos, salários e empregos, Temer continua favorecendo os capitalistas com programas de refinanciamento de suas dívidas (Refis) e privatizando as riquezas nacionais. No dia 27 de outubro, leiloou o pré-sal por R\$ 6,95 bilhões, 60% do valor previsto. Ao mesmo tempo, a MP795 gera uma renúncia fiscal para as petrolíferas de R\$ 40 bilhões por ano. Totalizando, em 25 anos, R\$ 1 trilhão. Perdão de dívidas e renúncia fiscal.

Derrotar o conjunto das reformas e medidas do governo golpista

Devemos ter claro que o ataque ao funcionalismo é parte do plano geral montado pelo ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Não basta destruir a CLT com a reforma trabalhista.

Ceará: Comitê de Luta contra Temer e suas Reformas

10 de novembro: todos ao Dia Nacional de Paralisação

Contra a destruição de direitos! Abaixo a Reforma da Previdência!

O governo Temer escapou novamente da segunda denúncia da Procuradoria Geral da República (PGR) que visava a sua investigação e julgamento no STF pelos crimes de formação de quadrilha e obstrução da justiça. Não teria conseguido sem a ajuda do **Congresso**, tomado por bandidos, corruptos e quadrilheiros dos mais variados partidos burgueses: PMDB, PSDB, DEM, PP, PSC etc.

O governo Temer, que não tem aprovação sequer de 5% da população brasileira, está de pé unicamente por cau-

sa dos grandes empresários, banqueiros e empresários do agronegócio que o sustentam. Seu objetivo é impor ditatorialmente um ataque sem paralelo às condições de vida do povo pobre. A aprovação da **lei da terceirização**, em março, serve para que os trabalhadores não tenham contrato direto com o patrão, trabalhem mais e recebam menos. É parte também da superexploração a **Lei da Reforma Trabalhista**, que dá liberdade ao patrão para estabelecer suas próprias regras na sua empresa acima da lei, parcelar férias em três

movimentos que se erguem contra o governo e Congresso Nacional golpistas.

Em meio a tudo isso, ganham força as posições reacionárias e obscurantistas que querem impor a “Escola sem Partido”, o ensino religioso, “a cura gay” e a redução da maioridade penal. Esse governo ditatorial teve inclusive a coragem de emitir a portaria que favorece o trabalho escravo. É contra tudo isso que o funcionalismo deve lutar. Obrigatoriamente, temos de nos unir à classe operária e a todos os

movimentos que se erguem contra o governo e Congresso Nacional golpistas.

Nada de canalizar a luta para as decisões parlamentares! Nada de colocar nossas reivindicações nas mãos dos deputados e senadores corruptos e bandidos! Somente por meio da ação direta poderemos derrotar as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. Nada de corporativismo!

A tarefa mais urgente do momento é retomar a greve geral. Para centralizar nossas forças contra o governo e Congresso Nacional golpistas, precisamos erguer uma frente única anti-imperialista. Basta de sacrificar os trabalhadores, camponeses, indígenas e quilombolas para beneficiar os capitalistas! Basta de entreguismo! Pelo não pagamento da dívida pública! Nem mais um centavo para o capital financeiro!

Trabalhadores, façamos dessa luta o ponto de partida para um grande movimento nacional contra a ditadura civil de Temer e as suas reformas e medidas impostas ao país e à maioria oprimida.

Abaixo as reformas antinacionais e antipopulares!

Abaixo as Medidas Provisórias que sacrificam

o funcionalismo! Retomar o caminho da greve geral!

vezes, extinguir o descanso semanal remunerado em alguns empregos e até obrigar mulheres gestantes a trabalharem em local insalubre! Não faltou nem mesmo a **portaria 1.129/17** do Ministério do Trabalho que praticamente libera o trabalho escravo no país.

O Governo entreguista e privatista quer dar de bandeja a **Eletrobrás** para os grandes empresários, vender a **Casa da Moeda** e entregar o petróleo do Pré-sal, além de portos e aeroportos aos empresários nacionais e estrangeiros. Tentou entregar reservas de cobre na Amazônia, mas teve de voltar atrás em razão do enorme desgaste gerado. Agora, depois de ser salvo pelo Congresso de bandidos, graças à liberação de R\$ 12 bilhões em recursos para compra de voto dos deputados, pretende armar uma ofensiva brutal sobre os oprimidos. Mal o governo se salvava, no dia 25/10, e o Ministro da Fazenda Henrique Meirelles anunciava pressa em aprovar a **Reforma da Previdência** ainda este ano. O

governo maldito quer destruir o direito dos trabalhadores de se aposentar e quer fazer isso para economizar dinheiro em caixa e poder manter pagamento de juros da dívida interna. Todo ano são dados cerca de R\$ 500 bilhões somente de juros aos capitalistas, empresários e banqueiros tanto nacionais quanto internacionais. A tarefa dos trabalhadores e da juventude pobre é lutar nas ruas contra a DITADURA CIVIL DE TEMER, confiar em suas próprias forças e colocar-se pela derrubada integral de todas as medidas do governo antinacional antipopular.

*Neste dia 10 de novembro, paremos as fábricas, os ônibus, as escolas, o comércio. Exijamos que a CUT, CTB, MST, UNE, UBES, MTST etc rompam com a política eleitoral e de colaboração de classes com a burguesia e convoquem a **GREVE GERAL!** Exijamos a formação da Frente Única Sindical para pôr abaixo esse odioso governo Temer, golpista, corrupto e lambe-botas do imperialismo e constituir um governo Operário-Camponês!*

Combater as medidas repressivas contra a Ocupação Povo Sem Medo

Fortalecer a unidade da classe operária e demais explorados na luta pela moradia

Defender as reivindicações com os métodos da ação direta

No dia 21 de outubro, Lula esteve no terreno ocupado pelos trabalhadores Sem Teto em São Bernardo do Campo. Foi a direção do movimento que organizou a sua ida. Antes de falar com a multidão, Lula esteve em uma reunião com os coordenadores da ocupação. Lula perguntou se a justiça pediu a reintegração ou se tinha aberto negociação. O que foi respondido por Boulos: “que a reintegração foi concedida imediatamente, porém o movimento tinha conseguido uma suspensão. Assim pôde se ganhar alguns dias, a reintegração está marcada, mas condicionada ao GAORP”. Lula pergunta ainda quem está responsável por convocar a reunião. Boulos: “o próprio Tribunal de Justiça, mas nós vamos pressionar, não vamos esperar, vamos tentar arrancar uma negociação”. Depois se dirigiram à assembleia da ocupação. No discurso, Boulos disse que o MTST era solidário ao ex-presidente pelas perseguições sofridas. Lula aproveitou para ressaltar que não há provas. Inflamado, disse: “Eu queria fazer uma proposta para vocês. Vocês têm de mandar uma carta para o Moro dizendo que se o apartamento for meu ele pode doar para vocês. E tem a chácara de Atibaia. Eles teimam que é minha. Então eles que provem que é minha e vou doar pra vocês”. Tudo demagogia eleitoral!

Nove dias depois, em 29 de outubro, um grupo de artistas, que já havia gravado um vídeo de apoio à ocupação, se reuniu com Caetano Veloso e anunciou um show dentro da ocupação. A classe média, que vive nos prédios próximos e que tem agido contra a ocupação, entrou com um pedido de impedimento do show. No dia do show, a prefeitura cercou a ocupação de policiais para impedir a entrada da aparelhagem de som. Em seguida, a juíza Ida Inês Del Cid, do

Ministério Público, concedeu a liminar proibindo o show e impondo multa de 500 mil a cada um que descumprisse a ordem, que foi dada com intervenção policial. Caetano Veloso, os artistas que o acompanhavam e os dirigentes da ocupação acataram a ordem judicial.

Dias depois, iniciou-se a marcha dos ocupantes até o Palácio dos Bandeirantes. Cerca de 10 mil sem-teto, às 5 horas da manhã, se concentraram e iniciaram a longa marcha de 23 km. Exigem uma resposta de Alckmin ao problema

O espertalhão do Alckmin recebeu uma comissão. O Secretário da Habitação aproveitou para subir no carro de som com a promessa de abrir negociação, marcada para o dia 10 de novembro. De concreto, Alckmin não apresentou nada. No entanto, a direção do movimento avaliou que foi “uma vitória”, “um avanço no diálogo”.

da moradia. As direções do movimento procuram enfatizar que se trata de uma ação “pacífica”, que não “levavam ódio, apenas a reivindicação da desapropriação do terreno para a construção de moradias”.

O espertalhão do Alckmin recebeu uma comissão. O Secretário da Habitação aproveitou para subir no carro de som com a promessa de abrir negociação, marcada para o dia 10 de novembro. De concreto, Alckmin não apresentou nada. No entanto, a direção do movimento avaliou que foi “uma vitória”, “um avanço no diálogo”.

Como se vê, os sem-teto da Ocupação Povo sem Medo não devem confiar nessas negociações. Os governos apenas prometem. É com muita luta que poderemos conquistar a moradia. Está aí por que devemos estar organizados para resistir à reintegração de posse.

Afuse

Uma eleição de cartas marcadas Cresce o descontentamento dos funcionários de escola com a direção do sindicato Combater a burocracia, defendendo a constituição de um forte movimento oposicionista

Nessas eleições da Afuse, novamente, a burocracia se manterá. A chapa única sinaliza o controle burocrático do sindicato e a ausência de luta. Trata-se de uma direção que nestes últimos quinze anos se agarrou no aparelho sindical e se recusou a organizar os funcionários para enfrentar o governo do PSDB e, agora, o governo golpista de Temer. Há anos que não convoca assembleia. Há anos que se coloca contra a unidade de funcionários e professores, a exemplo a greve de 2015. Há anos que o governo pisoteia os funcionários, impondo salários miseráveis, transferências compulsórias, terceirização e brutal precarização das condições de trabalho, sem que haja um movimento de resistência. E há anos que o sindicato vem sendo controlado pela política do PT (Articulação Sindical). No entanto, apesar de todos esses problemas, não se potenciou um forte movimento de oposição. Ao contrário, uma parte descontente se desfilou; outra, já se aposentou e uma grande parcela mais jovem tem se recusado a se filiar e se colocar por ingressar as fileiras da oposição sindical. A burocracia aproveita essa situação para manter sua política de colaboração de classes, de rebaixamento de nossas reivindicações e de imobilismo.

Certamente, os dirigentes da chapa única dirão que isso não é verdade. Responsabilizarão os funcionários pela falta de luta, pela apatia e pelas derrotas. Porém a realidade fala mais alto. Bastam dois exemplos: 1) a diretoria da Afuse não convoca assembleia há mais de dez anos. Como organizar e politizar os funcionários para a defesa das reivindicações se não há assembleia geral? Como ouvir o descontentamento da base se não há assembleias, plenárias, etc.? Como sentir o rechaço dos funcionários se não há a presença da direção do sindicato nas escolas (visitas regulares)? Onde a classe e as ideias divergentes de como se conduz o sindicato poderiam se expressar? Como se vê, essa política da burocracia só pode levar ao descrédito da maioria. 2) o draconiano estatuto do sindicato, que impede a participação democrática dos funcionários. Citamos apenas um fato. Para se candidatar para a direção do sindicato é necessário “ter experiência” de três anos no Conselho Estadual. Quer que o funcionário, primeiro faça “carreira” no Conselho Estadual para depois disputar a direção do sindicato. Essa é a prova mais contundente de que se trata de uma direção que se apossou do aparato sindical e tem medo de perder. Assim, cria regras extremamente difíceis para que não haja uma chapa oposicionista.

Nessas eleições, essas condições objetivas impostas pela burocracia impediram que os funcionários descontentes pudessem se expressar por meio de uma chapa oposicionista. Uma chapa assentada na defesa das reivindicações de salário, condições de

trabalho e defesa de direitos. Uma chapa que tivesse como método a luta direta e unitária contra o governo Alckmin e Temer. A Corrente Proletária fez um esforço para romper as barreiras impostas por essa burocracia sindical, mas não teve força suficiente para comparecer com chapa de oposição. Assim, está obrigada a participar das eleições rejeitando a chapa única e se posicionando por constituir uma sólida oposição desde as escolas.

Companheiros (as), a Corrente Proletária participa das eleições com candidatos ao Conselho Estadual e Regional. Faz campanha nas escolas em torno de três pontos essenciais:

1) A defesa das reivindicações. A luta por um piso salarial que possa manter uma família. Isso nós chamamos de salário mínimo vital. Esse valor deve ser aprovado pelos funcionários, organizados em assembleia. O combate à terceirização por meio da defesa da efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. O rechaço a todas as medidas que retiram direitos, como as transferências compulsórias. A defesa da redução da jornada sem redução dos salários para que haja emprego a todos e condições de vida, para que as doenças não mutilam uma parcela sofrida de funcionários.

2) A rejeição às reformas trabalhista e previdenciária de Temer, que já vêm sendo implantadas pelo governo Alckmin, como o PL 920. O direito à aposentadoria integral a todos os funcionários. Fim de todas as regras que impedem os trabalhadores da educação a terem acesso a uma aposentadoria digna.

3) A luta pela democracia sindical. Rejeição ao estatuto da burocracia. Direito de participação em todas as instâncias do sindicato. Defesa das assembleias gerais e com a mais ampla democracia. Independência do sindicato diante da política do

PT e de partidos burgueses. Combate ao corporativismo sindical e defesa da unidade dos explorados para enfrentar os governos que impõem a fome e a miséria para milhões de trabalhadores.

Companheiros (as), as eleições da Afuse ocorrem num momento de profundo ataque do governo aos explorados. Algumas direções do funcionalismo realizaram um ato no dia 27 de outubro e se colocaram por novas manifestações em 10 de novembro, quando outros trabalhadores estarão também se manifestando. A Corrente Proletária considera que é preciso retomar a greve geral, como ocorreu no dia 28 de abril. Sem uma poderosa greve geral, não poderemos enterrar as reformas de Temer e de Alckmin. Está aí por chamamos os funcionários a exigirem do sindicato a organização da luta, convocando imediatamente uma assembleia geral.

Balanço do 28º Congresso SINPEEM**Oposição consegue impor importantes derrotas políticas à direção majoritária**

O Congresso aconteceu entre 24 e 27 de outubro, com cerca de 4 mil delegados. Do ponto de vista de seu caráter geral e de seu formato, repetiu o distracionismo e o burocratismo dos anos anteriores. Manteve a programação recheada de shows, atividades culturais e palestras de “formação”, deixando pouquíssimo tempo para o debate político. E isso numa conjuntura que exigia o contrário, exigia um congresso classista, capaz de armar politicamente a categoria para enfrentar os graves ataques dos governos sobre as condições de vida e direitos dos trabalhadores.

Porém, apesar desses problemas, as propostas da Unidade da Oposição puderam avançar consideravelmente, impondo uma significativa derrota ao caudilho Cláudio Fonseca (PPS) e à sua corrente política, a Compromisso e Luta. Trata-se de uma mudança progressista, especialmente se se considerar a imensa facilidade com que a direção majoritária conseguia outrora aprovar sua política. Nesse ano, Fonseca teve de enfrentar uma composição do plenário desfavorável.

Pesou enormemente para essa mudança na correlação de forças o fato do Fonseca ter sido eleito vereador em aliança com João Doria (PSDB), compondo agora a base do governo na Câmara. Os delegados expressaram, portanto, um anseio por um sindicato independente e de luta.

Existem muitas evidências que atestam essa avaliação. O choque com a majoritária começou desde a plenária de regimento, na manhã do dia 24, quando a proposta de inserir o tema sindical, defendida pela oposição, concluiu aprovada. Tratava-se de uma aberração dos últimos anos, que foi ao menos parcialmente corrigida. Afinal, como explicar sucessivos congressos sindicais que não debatiam o próprio sindicato (estrutura, funcionamento etc.)? É claro que esse silêncio tinha um sentido: preservar o posto ocupado pela burocracia sindical. A decisão por debater o assunto indicou (e indica) ares de mudança.

Na plenária do dia seguinte, o clima continuou difícil para o presidente do SINPEEM. O encaminhamento aprovado pelos delegados foi de iniciar os trabalhos pelos temas “política municipal” e “educacional”. Logo no início, uma proposta de emenda apresentada pela Corrente Proletária na Educação foi à votação, obtendo a maioria e agitando o congresso. Seu conteúdo caracterizava o governo Doria como burguês e privatista, inimigo dos trabalhadores e dos explorados em geral. Não por acaso, tendo em vista que o prefeito tucano vem aprovando uma série de medidas de corte de recursos para os setores públicos, fazendo avançar a precarização e o sucateamento.

Nesse momento, veio à tona o fato do Cláudio compor a base governista na Câmara. O presidente ficou obviamente numa situação desconfortável. Teve de usar o microfone para afirmar sua suposta independência. Mas não colou, a contradição era gritante. Prova disso é que várias outras propostas semelhantes, de rejeição à política do governo, foram aprovadas. Depois de perder algumas votações, chegou a abrir mão das defesas para evitar um desgaste maior. Esse quadro impressiona, ainda mais quando se lembra do quão raro era presenciar a burocracia perdendo uma votação nos congressos.

A plenária desse dia chegou ao fim sem ter discutido as emendas sobre a política educacional. Na quinta-feira, 26/10, a expectativa de todos era se o congresso continuaria favorável à oposição. Conhecendo os métodos do Cláudio, era de se esperar alguma manobra para tentar reverter o quadro. O caudilho costuma ser hábil nesse tipo de intervenção, fez escola na politicagem burguesa como vereador. Dito e feito: conseguiu convencer o plenário a iniciar os trabalhos pelo “educacional”. O plano era, evidentemente, consumir horas e horas nesse tópico e assim justificar a não discussão do plano de lutas e do ponto sindical – que havia sido aprovado na votação do regimento.

A manobra, entretanto, teve fôlego curto. É verdade que a direção majoritária quase conseguiu virar o jogo, especialmente quando pôs em discussão o PL 68/2017, de sua própria autoria. Há muita desinformação acerca desse projeto – e muita confusão, intencionalmente difundida por seus propositores. Trata-se de um PL que, caso seja aprovado, trará muitos prejuízos à Educação Infantil, na medida em que franqueará o caminho para a ampliação da privatização e da terceirização. Passada essa votação, contudo, as correntes oposicionistas abriram mão de suas emendas sobre o tema educacional. O objetivo era conter a manobra do Cláudio e forçá-lo a votar o plano de lutas e o ponto sindical.

Sem ter como se contrapor à tática empregada pela oposição, acabou sendo obrigado a aprovar o plano de lutas, em particular a adesão à paralisação nacional do dia 10/11, com assembleia da categoria. Na sequência, faltando pouco tempo para encerrar os trabalhos, o congresso passou à discussão do ponto sindical. Começou aprovando a proposta de prestação de contas do sindicato (sim, por mais absurdo que possa parecer, o SINPEEM não publica os seus balanços financeiros). Em seguida, os delegados deliberaram favoravelmente à reabertura das subsedes. Essas duas propostas foram apresentadas pela Unidade da Oposição e a aprovação das mesmas constituiu uma derrota da direção majoritária.

Ao final, com o plenário esvaziado, votou-se somente mais uma proposta, de creches para atender a necessidade das trabalhadoras mães nos espaços de discussão e deliberação do sindicato, tais como reuniões de RE e Conselho, além do próprio Congresso. A proposta foi rejeitada, num clima de confusão generalizada.

O saldo geral é positivo para os trabalhadores. Em que pesem as suas limitações e contradições, é preciso reconhecer o avanço em relação aos congressos passados. A categoria saiu com um plano de lutas e uma assembleia, com paralisação, marcada para breve – e num dia de luta em unidade com outros setores (10/11). Os outros pontos de avanço, é claro, ainda dependem da contínua pressão para que saiam do papel, a exemplo das subsedes.

A Corrente Proletária na Educação participou ativamente da construção dessas conquistas desde a eleição dos delegados, defendendo uma concepção de congresso classista, independente e democrático. Retornará às escolas com o seu balanço, confiante na força coletiva da categoria para superar os entraves burocráticos e avançar na luta em defesa dos trabalhadores e da escola pública.

Vahan encabeça lista que será enviada a Alckmin para escolha do reitor da USP

No último dia 31/10, o atual vice-reitor Vahan Agopyan foi escolhido pela maior parte do colégio eleitoral da USP (cerca de dois mil membros, quase todos da burocracia que administra a USP) para encabeçar a lista tríplex a ser enviada ao governador do Estado, quem de fato escolherá o novo reitor da universidade. Em segundo lugar, ficou a candidata Maria Arminda, atual diretora da FFLCH e vencedora da consulta eletrônica, que de nada vale. Em terceiro, Ildo Sauer, diretor do Instituto Eletrotécnico. Estes dois assumiram como candidatos de oposição à atual gestão (Zago). Tiveram o apoio do DCE. Essa direção se mostrou completamente oportunista e alheia à vontade dos estudantes. Recusou-se a fazer uma campanha contra a eleição burocrática e chamou a votar nos dois candidatos de oposição, que embora se apresentassem como defensores do ensino público jamais rechaçaram por exemplo as parcerias público-privadas nem se dispuseram a revogar as medidas de precarização, privatização e elitização da USP.

Em segundo lugar, ficou a candidata Maria Arminda, atual diretora da FFLCH e vencedora da consulta eletrônica, que de nada vale. Em terceiro, Ildo Sauer, diretor do Instituto Eletrotécnico. Estes dois assumiram como candidatos de oposição à atual gestão (Zago). Tiveram o apoio do DCE. Essa direção se mostrou completamente oportunista e alheia à vontade dos estudantes.

Apenas 3% dos estudantes participaram da consulta. O voto dos representantes discentes dirigidos pelo DCE (PSOL/PCB) só serviu às disputas interburocráticas e como freio à mobilização estudantil. Apresentamos abaixo o manifesto distribuído pela Corrente Proletária no dia da votação eletrônica.

Eleição para reitor: uma farsa com cada vez mais coadjuvantes

A eleição para reitor da USP é, entre as públicas, a mais antidemocrática do país. Quem escolhe o reitor é o governador. Assim, se preserva o controle do governo e dos capitalistas sobre a universidade, governando-a de forma antidemocrática, autoritária, contra a vontade da maioria.

A escolha se faz a partir de uma lista de três nomes apontada pelo Conselho Universitário (CO). O CO é formalmente o organismo máximo de decisão na USP. É formado por pouco mais de cem membros. Metade deles é indicado pelo reitor, pois são diretores das unidades, que são escolhidos a partir de listas tríplex elaboradas nas congregações e submetidas à decisão final do reitor. Outra metade é eleita nas congregações, dirigidas pelos indicados pelo reitor. Há ainda representantes de entidades patronais. E oito estudantes de graduação e três funcionários, que servem para que se diga que se trata de um organismo formado pelos três setores da USP. Esse é o CO. Não tem nada de democrático ou, como afirmam alguns, “republicano”. É expressão do poder minoritário e autoritário da burocracia universitária.

Quem concorre à reitoria?

A gestão atual apresenta seu candidato: Vahan Agopyan. É

a continuidade da gestão que aplicou o “ajuste fiscal” na USP, com corte de gastos com as necessidades reais (e preservação dos gastos com supersalários e obras de necessidade duvidosa); demitiu 30% dos funcionários; congelou a contratação de professores e funcionários; arrochou e congelou seus salários; desmantelou a permanência estudantil; fechou creche, terceirizou restaurantes; despejou Sintusp e Calc; impôs o teto do Fim da USP e o banco de horas; processou estudantes e funcionários; desmantelou o HU; processou estudantes e funcionários. Isto já é mais que suficiente para rejeitá-lo.

Mas seu programa expressa o aprofundamento dessa linha. Uma linha de adaptação da USP à crise econômica e necessidade do Estado de cortar gastos em serviços sociais para desviá-los para o sustento do parasitismo financeiro e corrupção. Uma política de afirmar as chamadas atividades-fim da universidade, para rejeitar o sustento da permanência, as bolsas, transporte, etc. Tudo em nome do chamado “mérito”, que é

uma máscara para o elitismo, privatismo, racismo. A USP que pretendem é a das parcerias privadas; da ingerência capitalista mais aberta, inclusive internacional; do ensino não presencial; do favorecimento às unidades vinculadas diretamente a interesses empresariais (“empreendedorismo”). O desprezo pela atividade didática,

com avaliação docente restrita ao seu projeto acadêmico e servente da repressão e disciplinamento ideológico.

Sua demagogia sem limites choraminga pela falta de apoio salarial, captação e reposição de talentos, quando congela a contratação. Choraminga a saída de profissionais, quando faz PDVs, arrocha e congela salários.

Esta chapa deve ser combatida e rechaçada desde já, porque tende a ser a nomeada pelo governador para dar prosseguimento às suas políticas para a USP.

Ricardo Terra é a chapa laranja da reitoria. Vejam que nem mesmo a chapa situacionista chegou ao ponto de afirmar que “Zago salvou a USP”. Sua inscrição pretende tomar votos de uma parcela da burocracia descontente com a atual gestão, mas avessa às promessas de Ildo Sauer e Maria Arminda. Serve para, pela direita, evitar ao máximo o fortalecimento dos dois.

Ildo Sauer se apresenta como candidato que defende que o reitor deve ser mais democrático. Anuncia a retirada das grades ao redor da reitoria como medida simbólica disso.

Defende o “diálogo” com “setores produtivos (empresas e trabalhadores)”. Leia-se: não se opõe as parcerias e fundações privadas – “parcerias em contrapartida pelo aporte de recursos”. Isto é, financiamento da USP compartilhado por empresas, que certamente serão elementos de restrição/determinação nos rumos do ensino e pesquisa (“contrapartidas”).

Não rechaça a necessidade de uma política de contenção de gastos, mas afirma que ela deve ser elaborada conjuntamente por todos, a partir de maior “transparência” das contas, para que as “perdas provocadas” não sejam irreversíveis. Isto se fa-

ria por meio da ampliação da participação de todos, de acordo com a LDB (70% professores, 15% estudantes e 15% funcionários) nas instâncias deliberativas.

Maria Arminda é atual diretora da FFLCH. Vejam que derrotou na Congregação o candidato mais votado por estudantes, professores e funcionários na consulta prévia (Coggiola). Esta atitude não é bem um atestado de respeito democrático da parte dela. Ao contrário, mostra sua disposição de se apoiar na burocracia universitária contra a maioria. Este elemento já seria suficiente para que o movimento estudantil não a apoiasse, como faz a direção do DCE.

Em seu programa, embora se apresente contraposta a Zago/Vahan, coloca o debate sobre o orçamento sob os mesmos limites do “ajuste fiscal”. Ao buscar soluções na defesa do repasse integral dos recursos destinados pelo Estado à universidade a partir da defesa do aumento de vagas nos cursos de graduação e pós e na construção de mais unidades, deixa de lado o essencial: quem controla os gastos? Quem decide sobre eles? A partir de quais necessidades e critérios?

A resposta de Maria Arminda é a defesa de que o CO retome seu “caráter republicano”. Ora, que farsa! O CO não tem nada de republicano! É um organismo de ditadura da burocracia universitária sobre a maioria que estuda e trabalha, expressa os interesses e políticas do governo/capitalistas. O CO tem de acabar! O reitorado tem de acabar! Somente assim teremos a real autonomia e democracia universitárias!

Maria Arminda defende uma outra “internacionalização” da USP, distinta da de Zago, submetida ao mercado. Essa posição cria confusão. A internacionalização em voga entre as frações burocráticas das universidades prevê: subordinação delas a critérios de pesquisa, ensino e avaliação internacionais; ensino em línguas estrangeiras desde o primeiro ano da graduação; aportes de recursos externos nacionais e internacionais condicionantes dos “projetos científicos”; precarização de contratos docentes para maior mobilidade entre as universidades e entre estas e o mercado; restrição dos recursos às denominadas “atividades-fim”; meritocracia; etc. Ao afirmar uma outra “internacionalização”, com tinturas democráticas e populares, busca o apoio dos setores privatistas e ligados a interesses estrangeiros. É preciso rejeitar a “internacionalização” da USP pretendida pela burguesia e seus governos. Ela só servirá a maior elitização, racismo, privatismo. Qualquer concessão a ela é uma capitulação à direita recaionária.

cessão a ela é uma capitulação à direita recaionária.

Consulta eletrônica

Este ano, a reitoria faz a consulta eletrônica para aferição das tendências de apoio aos quatro candidatos a reitor. Chama os estudantes a serem plateia da farsa montada que encobre a indicação autoritária do reitor pelo governador.

Infelizmente, a direção do DCE e os RDs se colocam como coadjuvantes dessa farsa. Isto porque chamam a votar num processo em que não se decide nada, é totalmente controlado pela reitoria (sequer tem fiscalização), e só serve às disputas das frações burocráticas pelo poder. Os RDs se colocam numa posição ainda pior: a de oferecerem seus votos a essa disputa antidemocrática.

Depois de não mexerem uma palha para mobilizar os estudantes contra a escolha antidemocrática do reitor (sequer uma boa denúncia foi feita!), agora pedem que os estudantes aplaudam a farsa em que eles não importam nada, a não ser como elementos de falsa legitimação de um processo antidemocrático por natureza.

Uma posição independente

Diante das disputas interburocráticas, não se trata de apoiar o “menos pior”. Primeiro, porque de fato os estudantes não decidem nada nesse processo. Segundo, porque ainda que fosse nomeado pelo governador o “menos pior”, sua posição implicaria um acordo em se submeter aos ditames do governo peesedebista. Terceiro, porque o poder de fato está repartido entre as frações burocráticas, que não têm nenhum interesse em abrir mão dele. Quarto, porque a defesa das reais necessidades gerais e específicas dos que estudam e trabalham está no combate à burocracia e ao governo, de onde emanam as medidas de ataques à universidade pública e gratuita, o que quer dizer lutar pelo controle coletivo da USP, por meio do fim do reitorado e instituição de um GOVERNO TRIPARTITE, eleito pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à assembleia dos três setores, a assembleia geral universitária.

Por tudo isso, defendemos não participar da farsa da consulta eletrônica e que os RDs não deveriam votar nas eleições de mentirinha do CO. Mas que tudo isso deveria ser discutido e decidido numa assembleia geral estudantil, amplamente convocada e divulgada.

Maria Arminda defende uma outra “internacionalização” da USP, distinta da de Zago, submetida ao mercado (...). Ao afirmar uma outra “internacionalização”, com tinturas democráticas e populares, busca o apoio dos setores privatistas e ligados a interesses estrangeiros. É preciso rejeitar a “internacionalização” da USP pretendida pela burguesia e seus governos. Ela só servirá a maior elitização, racismo, privatismo. Qualquer concessão a ela é uma capitulação à direita recaionária.



Ceará / Estudantes do colégio Castelo Branco iniciam luta contra Escola de Tempo Integral (ETI)

O ano letivo de 2017 iniciou com a imposição da SEDUC (Secretaria de Educação) de que o Colégio Estadual Castelo Branco (CCB) adotasse o sistema de Escola de Tempo Integral. Os alunos do primeiro ano que se matricularam na escola têm de permanecer no prédio das 7h até às 16h e estudar nos dois turnos disciplinas do ensino regular e outras de diversos eixos temáticos. Ocorre que, agora, os estudantes, em especial os do 1º ano, têm chegado à conclusão do absurdo que é a obrigatoriedade de permanecer o dia inteiro na escola, ainda mais quando se sabe que a SEDUC e o núcleo gestor impuseram autoritariamente esta decisão sem nenhuma consulta à comunidade escolar.

Por esta razão, a direção do grêmio estudantil (Corrente Proletária Estudantil e independentes) tem iniciado uma firme campanha pelo fim da ETI. No dia 31/10, foi realizada a plenária do CORETUR, que aprovou a realização de um plebiscito estudantil para saber se os alunos aceitam ou não a continuidade do regime de ETI no CCB, em 2018, assim como comissões para mobilizar toda a escola, organizar a luta e preparar atos.

Nossa crítica à ETI

O Governador Camilo Santana (PT) anunciou que até o fim de 2017 pretende que pelo menos 26% das 712 escolas estaduais do Ceará estejam em regime de tempo integral, seja como ETI, seja como escola profissionalizante. A SEDUC, que criou o Programa de Ensino Médio Integral, fez um grande alarde de que seriam gastos R\$ 108 milhões este ano em investimentos que adaptassem as escolas ao programa.

As escolas estaduais, desde há muito tempo, suportam o peso da desintegração do ensino público no Brasil. Não há estrutura, nem recursos para funcionar. Os professores sofrem com arrocho salarial e destruição de direitos e os funcionários terceirizados vi-

vem com migalhas. O governo pretende maquiar as escolas com reformas enganosas e anunciar que estão prontas a receberem alunos que ficarão lá o dia inteiro. O que o governo Camilo faz, na verdade, é transformar as escolas em depósito de alunos. Dizemos que tal medida é completamente contraprodutiva e mutiladora das capacidades da juventude. E por isso mesmo não ampliará a capacidade de aprendizagem. Além disso, a juventude pobre, que vive uma situação difícil, é empurrada a procurar emprego para ajudar no sustento de casa. Os jovens que estão nessa situação terão de sair da escola de tempo integral perto da sua casa e ir para uma mais longe, que aceite meio expediente de ensino, o que sacrificará ainda mais sua condição de vida e aprendizagem. O mesmo ocorrerá com outros tantos jovens que fazem cursos (língua estrangeira, informática, etc.) no contraturno de ensino em diferentes lugares.

Por tudo isso, é preciso travar a luta contra a hipocrisia do governo, que finge levar mais educação aos estudantes quando, por trás, ataca as escolas com cortes de verbas e rebaixamento salarial do magistério. Não aceitamos passar o dia inteiro no inferno de uma escola sem as mínimas condições, proibidos de procurar trabalho para sobreviver e literalmente enjaulados em pátios e corredores para agradar quem quer que seja! Exigimos uma escola que de fato possibilite a aprendizagem com a união de teoria e prática, uma escola que esteja sob controle de quem nela estuda e trabalha, com decisões tomadas nas Assembleias Escolares! Abaixo o autoritarismo do Governo/SEDUC/direções de escola! Que o governo pare de cortar gastos com o ensino e atenda às reivindicações de mais verbas já! Pelo fim das ETIs obrigatórias. Que o governo garanta o ensino e alimentação para aqueles que desejem passar o dia inteiro na escola! Por uma escola única, pública, gratuita, laica e vinculada à produção social! Eis o programa que a juventude consciente deve opor aos desmandos do governo Camilo.

Pernambuco / Abaixo a punição aos estudantes que ocuparam o CAC-UFPE

No dia 01/11, o Conselho de Administração da UFPE aprovou uma suspensão de seis meses para cinco estudantes. Nas instâncias da universidade não cabe mais recurso. A acusação é de que eles seriam responsáveis por furtos e depredações. O relatório da comissão, porém, não individualiza as condutas e tem um nítido teor de perseguição política. A suspensão, sobretudo para estudantes que dependem da assistência estudantil, é uma expulsão indireta. Implica em perder a moradia estudantil, o acesso ao restaurante universitário, dentre outros prejuízos.

Ainda está em andamento o processo político do CFCH, outro dos onze prédios ocupados em 2016. Na pauta do movimento estava o combate à PEC do teto dos gastos, as reformas do ensino médio, trabalhista, da previdência, a lei da terceirização, os projetos de Escola sem partido e pautas locais que denunciavam o corte de bolsas de permanência, a ameaça de aumento no preço do RU e exigiam a homologação do novo estatuto que previa a paridade nos conselhos da universidade.

A reitoria tem adotado outras medidas repressivas ou que podem facilitar possíveis repressões políticas. Tenta implantar o ponto eletrônico informatizado, que poderá entregar os técnicos

grevistas a governo federal, por exemplo. Há uma semana, anunciou a permissão de que a PM aborde “suspeitos” na universidade. E há um incremento das torres de vigilância e câmeras.

A burocracia universitária age como braço da burguesia e seu Estado ao criminalizar o movimento estudantil. Procura cumprir a promessa do reitor Anísio Brasileiro de impedir que as ocupações voltem a acontecer. O mesmo reitor que é figurinha fácil nos protestos contra o golpe se embloca com Temer ao punir aqueles que lutaram contra as reformas antinacionais e antipopulares.

Para o enfrentamento à repressão, é urgente que o movimento supere sua fragmentação, que se reflete no plano jurídico (um dos estudantes conseguiu uma liminar individual e não foi punido) e no plano organizativo. Faz falta um DCE ativo e combativo e uma rede de solidariedade aos processados. Houve plenárias que definiram um calendário de lutas, porém cumprido parcialmente, levando ao cancelamento do ato na reitoria em 19 de outubro. Em vez de força, mostramos dispersão.

***Superar a fragmentação! Coletivizar a defesa dos processados!
Abaixo a suspensão dos cinco estudantes que ocuparam o CAC.
Pela extinção do inquérito referente ao CFCH.***

6º Congresso do PSOL

Considerações sobre o Manifesto do MAIS

No Jornal Massas 553, concluímos a discussão crítica das teses apresentadas pelas várias correntes e agrupamentos que formam o PSOL. O último aspecto se concentrou na questão do programa. Agora, fazemos uma referência ao “Manifesto ao Congresso do PSOL”, divulgado pelo Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS). O documento não se pretende como uma tese. No entanto, o Manifesto não deixa de apresentar teses. É bom esclarecer que o MAIS é uma cisão do PSTU e que recentemente se incorporou ao PSOL (julho de 2017). Eis por que como um recém-chegado não poderia se apresentar no Congresso com uma tese. Dispensando a formalidade, o MAIS se viu diante da necessidade de marcar sua presença apresentando-se como mais uma tendência entre tantas. O Manifesto tem essa função. Está dividido em duas partes. A primeira, refere-se à crise econômica e política. A sua análise se desdobra no que o redator denominou “Cinco desafios políticos”. Seriam respostas conjunturais. A segunda, se resume em “apontamentos para um programa para a revolução brasileira”. Nos comentários que fizemos às várias teses, seguimos a ordem estabelecida por cada um dos documentos. Procuramos, assim, identificar os aspectos divergentes e os convergentes. Inverteremos a ordem, na discussão do Manifesto do MAIS, começando pela segunda parte.

De início, constatamos que não há uma ligação entre as duas partes, embora refira-se aos governos do PT, na forma de um balanço. Não é o caso aqui de reproduzir a descrição que o MAIS faz da política econômica e social do PT. Indicamos tão somente a constatação do Manifesto sobre a importância que tiveram “as políticas de transferência de renda” e “as medidas sociais compensatórias” para o apoio popular a seu governo. Políticas “que não chegaram a ser reformas estruturais” que impactassem “na vida e na consciência de milhões de trabalhadores”. No final das contas, os governos do PT serviram apenas aos capitalistas.

Ocorre que o Manifesto deforma a relação entre o governo do PT, a política que canalizou o apoio popular e o seu papel de serviço do grande capital ao deduzir que houve um “esgotamento deste modelo”, “quando a crise econômica atingiu o Brasil”. Não se trata de “modelo”, mas da política de colaboração de classes. O terremoto da crise econômica desmoronou os pés de barro do reformismo petista, que serviu e serve à colaboração de classes. Diz o Manifesto que “o projeto reformista mostrou mais uma vez seu limite histórico”. Essa conclusão fica no meio do caminho. Não apenas expôs “seu limite histórico”, como também a sua falência total. Essa observação pode parecer que se trata de uma nuance. Os limites da política reformista foram sendo revelados a cada medida assistencial (“de transferência de renda e compensatórias”) e a cada medida que servia aos interesses do capital financeiro, industrial, agroindustrial, etc. A sua derrocada se deveu a esse processo concreto de governabilidade.

De conjunto, a derrubada do PT pelo impeachment expressou a falência do reformismo e a impossibilidade de realizar reformas estruturais. O redator se viu premido a relativizar sua conclusão com a confissão de que “os revolucionários não são contra as reformas”. Evidentemente, a demonstração do fracasso do reformismo petista e a constatação de que o capitalismo na época do imperialis-

mo não é suscetível a reformas não implica desconhecer a sua existência e negar a necessidade de lutar por elas como ponto de partida da luta de classes contra o poder da burguesia e o capitalismo. Tudo indica que a profissão de fé de que os revolucionários não são contra as reformas tem mais a ver com as debilidades políticas do próprio MAIS e com o fato de ingressar num partido reformista. Mas estamos de acordo com a premissa de que os “revolucionários não são contra as reformas”. Mas são contra todas as variantes do reformismo, que fazem das reformas um objetivo em si mesmo.

Chegamos à principal dedução do Manifesto de que “as reformas estruturais e as reivindicações mínimas e democráticas só são possíveis no marco de um programa de ruptura com o capitalismo, ou seja, só podem ser de fato efetivadas com o combate à propriedade privada dos meios de produção”. Por se tratar de um Manifesto, é compreensível o salto que se dá do “programa de ruptura do capitalismo” para o que se denomina de “nossa hipótese estratégica: uma insurreição proletária, urbana e popular”. Se bem entendemos o que é “um programa de ruptura com o capitalismo”, de “combate à propriedade privada dos meios de produção”, “a insurreição proletária, urbana e popular” é uma de suas partes intrínsecas, por se tratar do método revolucionário. É preciso, portanto, deixar absolutamente claro que a via eleitoral, pacífica e democratizante serve ao reformismo e se contrapõe à revolução. Essa omissão é grave, principalmente em se tratando de uma posição no interior de um partido de orientação parlamentar. Não é necessário, acreditamos, desenvolver a tese marxista-leninista sobre a tática eleitoral. O parágrafo que segue como fundamentação da “hipótese estratégica” introduz uma confusão no fundamento “de um programa de ruptura com o capitalismo” e “uma insurreição proletária, urbana e popular”. Eis: *“A presença organizada da classe trabalhadora é central para a disputa do processo revolucionário. A hipótese de uma revolução socialista vitoriosa sem o protagonismo dos trabalhadores é muito improvável. Porque as condições que levaram outras classes a tomar o poder e expropriar a burguesia no pós-guerra já não existem mais. As revoluções do século XX indicam que para ser vitoriosa a revolução socialista exige muita preparação consciente. Neste sentido, conquistar a hegemonia, no sentido de conquistar uma maioria política no proletariado é uma tarefa central e estratégica para o próximo período histórico”*.

Entre lugares comuns e banais (a necessidade da organização “da classe trabalhadora para a disputa do processo revolucionário” e a necessidade de “muita preparação consciente”) comparece uma tese infundada. Nunca houve para os marxistas uma “hipótese de uma revolução socialista vitoriosa sem o protagonismo dos trabalhadores”. Em seguida, a explicação de que já não existem “as condições que levaram outras classes a tomar o poder e expropriar a burguesia no pós-guerra” exige concretude. Que condições são essas que já não existem na atualidade, as quais impedem “outras classes a tomar o poder e expropriar a burguesia”? Que classes são essas? Deduzimos que se trata do campesinato e de camadas pequeno-burguesas urbanas. Ao deixar em aberto uma incógnita sobre as classes que podem “tomar o poder e expropriar a burguesia”, os “apontamentos para um programa da revolução brasileira” do MAIS envereda para o oportunismo. Em outras palavras, para a indefinição da classe revolucionária e das classes aliadas. Somente uma classe, o proletariado,

pode “tomar o poder e expropriar a burguesia”. O campesinato e a pequena burguesia urbana (classe média) não podem expropriar a burguesia. Uma vez tendo claro que somente o proletariado é a força motriz da revolução – esse fundamento é programático –, é preciso também ter claro que para tomar o poder e destruir o domínio da burguesia o proletariado necessita de uma aliança com as demais classes oprimidas. Certamente, é imprescindível que o programa expresse a estrutura de classe do país. As revoluções do século XX, principalmente a russa, chinesa e cubana, se assentaram na aliança operária e camponesa. A tese de que o campesinato foi responsável pela tomada do poder e pela expropriação da burguesia na China é uma brutal distorção da verdade histórica. Em se tratando do Brasil, a classe operária recorrerá à aliança de classe oprimida. Eis por que a estratégia é a da constituição de um governo operário e camponês que expresse a ditadura do proletariado.

A consigna de “governo dos trabalhadores” é adaptada à democracia burguesa e às eleições (...) A ideia de que não haverá insurreição no campo é subjetiva e temerária, uma vez que desconhecem a importância do campesinato na luta pela terra e a formação do proletariado rural.

O MAIS rompe com o PSTU levando para o interior do PSOL os mesmos erros de formulação de aspectos programáticos. Dizemos de aspectos programáticos porque o PSTU não tem um programa. Dentre os aspectos programáticos está a fórmula de “governo dos trabalhadores” que serviu e serve de guia aos morenistas (há mais de uma fração morenista no PSOL). A consigna de “governo dos trabalhadores” é adaptada à democracia burguesa e às eleições. Não por acaso, não formulam a sua política a partir do proletariado, mas dos trabalhadores em geral. A ideia de que não haverá insurreição no campo é subjetiva e temerária, uma vez que desconhecem a importância do campesinato na luta pela terra e a formação do proletariado rural. Sem dúvida, os grandes centros urbanos serão o epicentro da insurreição, que será proletária.

O MAIS, na introdução do Manifesto, explica que pretende “colaborar também com a elaboração do programa para o projeto socialista de transformação do Brasil”. A noção de “projeto socialista” expressa a incompreensão sobre o programa. É compreensível a formulação de projeto de programa, que significa proposta de programa para discussão. Mas “projeto socialista” é uma figura acadêmica. Na base do programa está a revelação e exposição das leis históricas que levam ao esgotamento, desintegração e transformação do capitalismo em socialismo. A pretensão do MAIS em contribuir para a revolução socialista se esvai ao não se alicerçar em tais leis.

Passamos aos comentários finais, recorrendo à primeira parte do Manifesto. Distintamente do PSTU, o MAIS reconhece que “o governo Temer foi resultado direto do golpe parlamentar”. Estabelece os elos do golpe com “a agenda econômica do capital financeiro”. Assinala o “enfraquecimento do governo”, em função do “avanço da luta dos trabalhadores”. Exemplifica com as mobilizações de março, abril e maio. Mesmo assim, Temer obteve uma importante vitória, conseguindo aprovar a reforma trabalhista. O que se deveu ao “refluxo das manifestações de rua”, significando “uma inflexão negativa na conjuntura”. Houve o reconhecimento de que houve um desmonte da “greve geral marcada para 30 de junho”. Segundo o MAIS, a partir daí “a resistência da classe tra-

balhadora perdeu força”.

Ainda que imperfeita, acreditamos que essa síntese corresponde à essência da análise da conjuntura feita pelo MAIS. Houve um momento de ofensiva da reação que culminou com o impeachment, em seguida, ergueu-se um movimento contra as reformas do governo e, finalmente, uma “inflexão negativa na conjuntura”. No entanto, o fundamental desse processo foi omitido: a política do PT e de sua burocracia sindical para canalizar o movimento para as bandeiras de “defesa da democracia”, “Fora Temer, diretas, já”. A greve geral de 28 de abril mostrou a disposição de combate da classe operária ao governo e suas medidas. Mas as direções sindicais a convocaram sobre a base de uma frente burocrática pontual. No dia seguinte, já estava desfeita e se passou a desmontar a unidade das bases grevistas. Na verdade, o fracasso do dia 30 de junho foi consequência da sabotagem pós 28 de abril. O que o MAIS chama de “inflexão negativa” se deveu à traição da burocracia sindical, dividida entre o oposicionismo cutista e o governismo forcionista.

A omissão dessa análise pelo MAIS não é por descuido. O PSOL foi um dos partidos de esquerda que seguiu os passos do PT, embora com resistência interna de algumas de suas correntes. Esse fato é mais um elemento que exige uma clara delimitação da responsabilidade política da oposição ao governo Temer de ter se mostrado incapaz de enfrentar o plano de reformas. É preciso dizer com todas as letras que a aprovação da reforma trabalhista se deveu ao desmonte do movimento grevista nacional. Vemos que o MAIS não tem como fazer tal delimitação. Sua defesa de “frente única para luta de massas” se coloca no campo estratégico do petismo. Eis: “No presente momento, o programa mínimo em torno do qual deve ser construída a Frente Única pode ser resumida em poucas palavras: Fora Temer e suas reformas!” e completa (...) “É preciso levantar a bandeira das eleições diretas e gerais já”. Essa posição, no essencial, corresponde à estratégia da oposição burguesa liderada pelo PT.

Ao lado da frente única sob a bandeira das “eleições diretas e gerais já”, advoga uma “Frente de Esquerda Socialista nas lutas e nas eleições”. Nas lutas, é para inglês ver. O que vale mesmo é a proposta de “construção de uma alternativa política ao lulismo e ao petismo”. O MAIS acredita que uma ampla frente eleitoral que reúna todas as correntes de esquerda legalizadas é a questão central. É por essa via que o PSOL se potenciará. De maneira que chega à conclusão de que “sem isso, o processo de reorganização da esquerda não avançará”. Apressa-se em indicar ao 6º Congresso que o PSOL lance “a pré-candidatura presidencial”, que tenha um carisma capaz de constituir “uma Frente de Esquerda mais ampla”. O “mais ampla” quer dizer reeditar a frente eleitoral que reuniu o PSOL, PSTU e PCB, agora acrescida de “movimentos sociais (MTST, Povo sem Medo)” e “sindicatos combativos (CSP-Conlutas, Intersindical, etc.), coletivos de opressões, a juventude, outras organizações políticas, artistas, etc.”

O MAIS simplesmente se esquece do quanto oportunista foi a frente de esquerda que sustentou a candidatura de Heloisa Helena. O PSOL não pode ser um pilar de tal frente sem que esta esteja de acordo com os limites impostos pela democracia oligárquica. Os aspectos mais radicais do Manifesto do MAIS servem de máscara para o sonho de tornar o PSOL uma força eleitoral capaz de se diferenciar do reformismo petista e ocupar o seu lugar.

Nesta edição:

- **Catalunha:** A classe operária mundial deve combater a intervenção do Estado espanhol.
- **Bolívia:** Realizado o ato internacionalista dos 100 anos da Revolução Russa.
- **Brasil:** Realizados os atos pelos 100 anos da Revolução Russa em São Paulo, Franco da Richa e Rondônia.

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Bolívia

O novo código penal e o agravamento do caráter ditatorial do governo do MAS

O artigo 294 do novo Código Penal, já aprovado pela Câmara dos Deputados, estabelece que “as pessoas que integrem uma força armada ou grupo de pessoas que se atribuam direitos do povo e pretendam exercer tais direitos em seu nome, serão punidas com prisão de dois a quatro anos e, quando corresponda, cassação do direito ao exercício da profissão, ofício ou cargo”.

Os parlamentares governistas argumentam que “a penalidade se aplicará a manifestantes que se expressem contra um governo democraticamente eleito e provoquem insegurança”. O deputado Víctor Borda, o mais cínico dos parlamentares governistas, afirmou: “as mobilizações e passeatas estão asseguradas constitucionalmente. Este dispositivo penal (Artigo 294) busca evitar que grupos irregulares se atribuam a soberania do estado ou, que alguma reivindicação setorial provoque insegurança, instabilidade”....

Quem determina o que é ou não é penalmente contemplado pelo artigo 294? Evidentemente a autoridade ou juiz; este por seu turno é um puxa-saco do executivo. Ou, por um acaso até agora, alguma mobilização social, incluída a dos deficientes, não foi catalogada como política e conspirativa contra um governo democraticamente eleito?

Ademais, é um absurdo pensar que possam existir mobilizações estritamente sindicais ou reivindicativas e, mobilizações políticas e desestabilizadoras. A experiência ensina que, qualquer mobilização setorial ou sindical carrega em suas entranhas a possibilidade de transformar-se em política, na medida que se eleve ao plano geral e questione o governo e o estado burguês. Por isso, o Código Penal que tramita no parlamento será no futuro a chave que feche todas as portas para impedir que os explorados e oprimidos se mobilizem para resolver seus problemas. Em termos mais claros e diretos, este instrumento legal tem a finalidade de penalizar o direito democrático de mobilização e organização dos trabalhadores e dos outros setores sociais.

Não se trata de explicar que o espírito deste artigo já estava

no velho Código Penal, ainda que neste novo se ampliem as penas e se introduza o absurdo dos infratores poderem perder sua profissão, sua ocupação e seu ofício, quer dizer, além de ir para a cadeia, serão condenados a perder sua fonte de sustentação. Do que se trata é de compreender que a lei em geral é a vontade da classe dominante, a garantia do respeito a seus interesses materiais e políticos; em última instância, é a garantia da inviolabilidade da propriedade privada dos meios de produção. Algumas vezes, a mobilização da classe operária e das classes oprimidas conseguem introduzir algumas garantias democráticas, como o direito a pensar e expressar o pensamento livremente, o direito a sindicalizar-se, à seguridade social, etc., mas, em épocas de endurecimento do estado burguês, quando se vê obrigado a utilizar a força para conter as massas mobilizadas, essas liberdades são amputadas para deixar os governos com as mãos livres para esmagar as convulsões sociais. Agora estamos vivendo essa etapa e o governo de Evo Morales tem a missão de endurecer a sua política repressiva para garantir os interesses das grandes multinacionais e das empresas privadas nacionais.

O processo social está caminhando aceleradamente para o agravamento da luta de classes; virão dias de duro enfrentamento com o governo que não duvidará em esmagar com sangue os insurretos; pretende encher os cárceres com dirigentes que lutam de modo consequente à frente de suas bases e perseguir os militantes revolucionários.

Os sindicatos independentes e o Partido Revolucionário devem tomar as precauções necessárias para defender a integridade de suas organizações e realizar parte de suas atividades na clandestinidade para burlar o controle do estado burguês. Não esquecer que, na Bolívia, na época dos governos gorilas, os sindicatos sobreviveram na luta clandestina.

Temos certeza de que o Código Penal e as outras leis serão derrotadas pelos explorados e oprimidos mobilizados quando coloquem no primeiro plano sua ação direta contra o estado burguês e suas leis.

Catalunha

A classe operária mundial deve combater a intervenção do Estado espanhol

Em resposta definitiva ao movimento pela independência da Catalunha, o governo da Espanha destituiu Carles Puigdemont, dissolveu o Parlamento, exonerou a cúpula da polícia e convocou novas eleições. Em seguida, o Ministério Público espanhol emitiu ordem de prisão às lideranças, sob a acusação de organizarem uma rebelião e de terem usado as instituições públicas. Puigdemont se refugiou na Bélgica. Terá de ir para a clandestinidade, caso contrário o governo belga o entregará à Espanha.

Esse resultado demonstra a inviabilidade dos catalães constituírem um Estado próprio sem que seja por meio de uma revolução. A crença na democracia burguesa foi fatal para o movimento separatista. Considerando a impossibilidade de uma revolução democrático-burguesa, só resta a via da revolução proletária. E esta somente pode ocorrer contra a burguesia espanhola e todas as suas variantes nacionais. Certamente, o proletariado unido não postulará a separação, uma vez que a revolução proletária acabará com a opressão sobre todas as nacionalidades que compõem o Estado espanhol. No entanto, se o povo da Catalunha pretender se separar, terá seu direito à autodeterminação assegurado.

Está claro que os problemas fundamentais vividos pela classe operária e pela pequena burguesia oprimida catalã são os mesmos dos explorados espanhóis e demais nacionalidades. A tarefa não é a de separar a Catalunha da Espanha, mas sim acabar com a opressão nacional - que expressa a opressão de classe - e com todas as discriminações.

No momento, é fundamental que a classe operária espanhola, europeia e mundial se levante contra a intervenção totalitária do Estado espanhol, sob a bandeira do direito à autodeterminação e à separação da Catalunha.

Impasse

No dia 10 de outubro, Carles Puigdemont, presidente do Governo da Catalunha (Generalitat), compareceu ao Parlamento catalão para “declarar” a independência. Eis: “Assumo o mandato do povo de que a Catalunha se converta em um Estado independente em forma de República”. Porém, logo propôs “que o Parlamento catalão suspenda os efeitos da declaração de independência para que, nas próximas semanas, empreendamos o diálogo”.

Um dia depois, o presidente espanhol, Mariano Rajoy, exigiu que Puigdemont confirmasse se declarou ou não a independência. E que teria prazo até o dia 16 (segunda-feira) para responder, ou então aplicaria o *Artigo 155* da Constituição que permite suspender a autonomia, intervir no governo catalão e aplicar a força pública para “restabelecer a ordem” na República espanhola.

No dia 16 de outubro, Puigdemont voltou a afirmar que tinha declarado a independência. Mas, que estava “suspensa” para buscar uma saída negociada. Rajoy afirmou que não havia nada a negociar e que, por razões de preservação da “paz interior”, dava ao Parlamento catalão até 17 de outubro para ratificar ou retificar. Vencido o ultimatum, seria aplicado o *Artigo 155*.

Vencido o prazo, Puigdemont ratificou suas declarações, porém ameaçou o governo central de que, se não existisse o diálogo, de-

clararia “unilateralmente” a independência. Rajoy respondeu que tomava as medidas para aplicar o *Artigo 155* para 21 de outubro.

O governo espanhol adiantou suas medidas visando a pressionar a Generalitat a desistir antes que finalizasse o ultimato. Se não o fizesse, então já estaria em pé a estrutura jurídica, legal e política para a intervenção. O primeiro passo foi dado pelo Tribunal Constitucional, que declarou ilegal a declaração da independência de 8 de outubro. O segundo foi designar uma “autoridade governamental transitória”, formada por delegados escolhidos pelos ministérios. O terceiro foi abrir uma conta no Banco da Espanha para manejar os gastos administrativos da Catalunha, o que teria por complemento intervir no ministério de Economia da Generalitat.

Finalmente, fracassou a pressão do Estado espanhol para que Puigdemont convocasse eleições e assim evitasse a intervenção. O Parlamento catalão, em resposta, decidiu por declarar a independência e constituir a República da Catalunha. A oposição abandonou o plenário. Dos 135 que permaneceram na sessão, 70 confirmaram a decisão da consulta popular. Estava clara para Madri a divisão interburguesa. O que facilitaria uma intervenção sem resistência por parte do governo catalão. Puigdemont foi destituído e os comandantes da força policial, substituídos.

Opressão nacional

O governo espanhol vinha preparando as condições para enfraquecer o movimento independentista. Assim começou semanas antes a ameaçar a burguesia catalã de afetar seus interesses econômicos. O “golpe de mercado” consistia em que se garantiriam seus interesses na condição em que abandonassem o movimento à sua sorte. Se não o fizessem, seus ativos por todo o país seriam confiscados, suas transações congeladas, etc.

Para preparar esse cenário, o governo central modificou as normas jurídicas que impediam a mudança das sedes sociais das indústrias, fundos de investimentos, seguradoras e bancos para fora da Catalunha de forma rápida e maciça. A Generalitat assistiu à fuga de mais de mil e quinhentas empresas da região. A operação se iniciou assim que a consulta deu vitória à separação. O poder econômico na Catalunha, por esse meio, passou a exigir uma “saída negociada da crise”, isto é, a submissão do governo autonômico à centralização autoritária e ditatorial da Espanha.

Complementando essa manobra, desfechou-se uma violenta repressão política contra o movimento separatista e instituições da Catalunha. A polícia espanhola prendeu dois reconhecidos líderes do movimento separatista. Jordi Sànchez, presidente da Assembleia Nacional da Catalunha (ANC), e Jordi Cuixart, da Òmnium Cultural, foram presos sem direito a fiança pelo crime de “insubordinação e sedição”.

Já no dia 1º de outubro, haviam sido detidos 14 funcionários da Generalitat. O governo espanhol acusou de insubordinação o chefe da polícia catalã (Mossos d’Esquadra), Josep Lluís Traperó, por não cumprir as ordens do governo central de impedir.

O cerco à Catalunha contou com uma grande frente burguesa

constituída em toda a União Europeia. De maneira alguma, os catalães poderiam efetivar a separação. Não se trata tão somente de um conflito no interior da Espanha. Por toda a Europa, reavivam os movimentos separatistas, impulsionados pela profunda crise econômica e decomposição mundial do capitalismo.

Cerco imperialista

Era previsível que a União Europeia (EU) se juntaria à reação autoritária da Espanha e apertaria ainda mais o cerco montado pelo governo. O ministro do Exterior alemão, Sigmar Gabriel, disse que a independência seria “irresponsável”. O presidente da França, Emanuel Macron, afirmou que não reconheceria a independência da região. No mesmo sentido, se pronunciaram a esmagadora maioria dos governos dos 27 países membros. Diante da decisão do Parlamento de constituir uma República da Catalunha, as altas autoridades europeias ironizaram com o desprezo de que nada seria alterado.

A UE se encarregou na esfera continental de desfazer as ilusões do separatismo pacífico e acordado, alimentado pelo nacionalismo catalão. A separação esbarraria no aval obrigatório e unânime de todos os países membros, entre os quais a Espanha. O ultimato foi unânime: a Catalunha não tem como sobreviver como país independente. Sem a aprovação da Espanha, não se aceitaria o novo Estado, não se permitiria o acesso ao mercado comum e as vendas a outras regiões da Espanha seriam afetadas por taxas de importação. Caberia, no entanto, ao povo catalão decidir se enfrentaria ou não o isolamento imposto. A Espanha e a União Europeia centralizada pelas potências imperialistas, na condição de opressores nacionais, não poderiam admitir a autodeterminação do povo catalão e o direito de se separar, seja lá em que condição for estabelecida.

Debilidade do movimento separatista

Após o referendo e desfechada a brutal opressão nacional e a violenta repressão política, se colocavam duas alternativas: ou se procedia à declaração unilateral da independência, o que exigia se apoiar em um poderoso movimento de massas; ou aguardar passivamente a intervenção. Ao abrir caminho às transações, Puigdemont expôs a impotência da solução negociada, embora acobertada pela retórica independentista.

Em apenas dez segundos (extensão do depoimento de Puigdemont no Parlamento autonômico), nascia e morria o projeto da “república da Catalunha” burguesa pelas mãos de seus próprios criadores. Ocorre que nunca foi do interesse da burguesia e dos partidos pequeno burgueses da Catalunha romper com a Espanha. De fato, desde a primeira ameaça, tratou-se apenas de obrigar o governo, a coroa e a burguesia espanhola a negociarem suas condições.

Nesse sentido, o apoio popular devia servir de base social às manobras, evitando, ao mesmo tempo, romper com a camisa de força da democracia formal. Eis por que a declaração de Puigdemont no Parlamento compareceu como manobra que preparava rendição sem combate. O poder central da burguesia passou a não temer um possível levante da província e a uma reação dos explorados em toda a Espanha. Diante da opressão nacional, somente um movimento revolucionário pode combatê-la e vencê-la. O que exige a unidade proletária contra o conjunto da burguesia, incluída a catalã. O governo espanhol não sentiu o chão

tremer aos seus pés. O movimento nacionalista burguês e pequeno-burguês da Catalunha não poderia unir a maioria explorada para enfrentar a prepotência do governo central e da coroa. O movimento legalista, pacífico, confirmou essa premissa de classe. A conduta da direção máxima do movimento separatista acabou sendo de contemplação e capitulação.

Social-patriotas e social-chauvinistas unidos sob um mesmo programa

Desde a direita até a esquerda da política burguesa espanhola se colocaram contra a declaração da independência. Todas as variantes da política burguesa exigiram uma negociação, que nos fatos não era senão a submissão dos catalães à centralização burocrático-autoritária do governo central, da monarquia e da burguesia espanhola.

O Partido Socialista da Espanha (PSOE), o Partido Socialista da Catalunha (PSC), o reformista Podemos e o Partido Comunista da Espanha (PCE) confluíram na negação do direito à livre autodeterminação e separação da Catalunha.

Está aí por que, no Dia da Hispanidade (12 de outubro), esses partidos impulsionaram as massivas mobilizações pelo país em defesa da “integralidade territorial e unidade política” da Espanha. Na realidade, unidade burguesa para explorar os assalariados e oprimir as nacionalidades. Assim, os social-patriotas (socialdemocratas) e estalinistas se uniram aos social-chauvinistas, sob a diretriz do imperialismo e da burguesia espanhola associada à coroa. A decisão do PCE de não participar das mobilizações e do Podemos de realizar uma marcha à parte não obscurece o fato de que reformistas e estalinistas se submeteram às medidas e soluções burguesas para a crise.

Somente o proletariado poderá defender o direito à autodeterminação e separação do povo catalão

A capitulação da burguesia catalã confirma que a burguesia já não mais poderá assumir um movimento nacionalista progressivo, nem resolver as tarefas democráticas pendentes na época imperialista. Essa lei é tanto mais verdadeira no caso da burguesia catalã que representa uma fração da burguesia monopolista europeia. O que não significa desconhecer que a crise capitalista agravou a luta intestina entre as frações burguesas espanholas.

A impotência da pequena burguesia de erguer uma política própria demonstra que, na época da desagregação capitalista, a autodeterminação da Catalunha, se assim sua população o desejar, será obra da revolução proletária, que destruirá o poder da burguesia espanhola e abrirá caminho da luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa. A unidade sem opressão de uma nação por outra não será obra da burguesia, e sim da classe operária. Apesar de não estar colocada imediatamente, essa premissa histórica serve para demonstrar que sem o proletariado organizado como classe independente é impossível ao movimento independentista romper com sua direção burguesa. É obrigatório rechaçar a intervenção na Catalunha e a destituição de seu governo.

Os operários conscientes da Espanha devem condenar as medidas reacionárias do governo Mariano Rajoy e da oposição burguesa que o segue e se mobilizar pelo fim do intervencionismo. Os operários da Catalunha devem se colocar pela unidade dos explorados contra o conjunto da burguesia e lutar sob a estratégia própria da revolução social.

Bolívia / Realizado o ato internacionalista dos 100 anos da Revolução Russa - Sob a bandeira de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista

No alto e atrás da mesa que dirigia a manifestação, lia-se *“Socialismo é governo operário-camponês, não de impostores subservientes da burguesia e das transnacionais (imperialismo)”*. O anfiteatro da Casa Social dos Professores de La Paz foi tomado pela militância porista, pelos simpatizantes e convidados. Logo mais se iniciaria o Ato pelos 100 anos da Revolução Russa, organizado pelo POR da Bolívia.

Os organizadores adornaram o salão do combativo sindicato dos professores com cartazes com figuras de Lenin, Trotsky e Lora e dezenas de bandeiras com consignas revolucionárias. De pé e punhos erguidos, centenas de militantes poristas do país, delegações operárias, estudantes, professores, simpatizantes e delegações dos partidos da Argentina, Chile e Brasil entoaram o Hino da Internacional. Em uma só voz apoiaram as consignas revolucionárias! Ecoou pela Casa Do Professor a convicção de que a Revolução Russa é o guia mais seguro do proletariado mundial.

Destacaram-se as intervenções do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQI) e do Comitê Central do POR boliviano. Mostraram a importância do CERQI como embrião da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Nesta tarefa, resume-se a luta pela superação da crise de direção mundial.

Ramón Basko, do POR da Argentina, falou pelo Comitê de Enlace. Começou dizendo que a Revolução Russa abriu uma nova época para a humanidade, porque demonstrou que não apenas era possível fazer a revolução em um país atrasado, como era *“necessário que triunfasse ... para resolver as tarefas democráticas não resolvidas”*. E que a prova viva dessa necessidade achava-se no *“desenvolvimento das forças produtivas da Rússia sob a indústria nacionalizada”*. Logo, passou a assinalar que sem a direção revolucionária teria sido impossível a vitória da revolução, o proletariado não teria como tomar o poder. Finalmente, afirmou que o avanço da restauração capitalista não demonstrou o *“fracassou o comunismo, mas sim do estalinismo”*. O socialismo *“para triunfar deve se constituir no campo mundial, na base da economia mundial”*, lembrou. Concluiu que *“o capitalismo está em agonia. Mantém-se porque ainda não foi superada a crise de direção”*.

Alfonso Velarde, representando o Comitê Central do POR boliviano, iniciou sua fala indicando que o ato era a *“expressão de um fenômeno que se dá no país”*. Eis por que, disse, *“o MAS se afunda ... e os trabalhadores se erguem em combate ao governo impostor”*. Porém, frisou na sequência que esses ainda não se colocam por derrubá-lo. De forma que a tarefa colocada na situação é a de *“avançar a unidade na luta”* para enfrentar os ataques do governo.

Velarde disse ainda aos presentes que o fato do capitalismo unificar todos os países em um todo orgânico tornou possível que a rebelião dos operários *“possa se dar em países atrasados antes que nos avançados”*. Entretanto, para superar esse atraso, a revolução



em um país atrasado tem de se projetar necessariamente como parte da revolução proletária mundial. É visando a cumprir essa tarefa, afirmou, que as seções nacionais, aqui presentes, trabalham por *“construir o Comitê de Enlace como embrião do Partido Mundial da Revolução Socialista”*. O que exige *“organizar pacientemente os explorados para avançar pelo caminho revolucionário”*.

Finalmente, traçou as tarefas do POR na Bolívia na situação. A principal delas é a de *“forjar um partido capaz de defender os princípios da revo-*

lução em quaisquer circunstâncias”, porque a *“Bolívia tem as melhores condições para repetir a experiência da revolução de Outubro”*, disse. Assim, frisou a necessidade de fortalecer firme e pacientemente o partido: *“sem o POR não haverá revolução!”*.

Nesse sentido, entrevistaram os demais camaradas operário e camponês, que compuseram a mesa e foram destacados como representação das classes que formam a base social da aliança operária e camponesa, sobre a qual se cimentará a revolução e ditadura proletárias.

Juan Castro, operário mineiro de Huanuni, disse aos presentes a importância das Teses de Pulacayo *“para o avanço do proletariado na luta revolucionária”*. O que exige defender *“a democracia e independência sindical e política necessária para enfrentar esse governo mentiroso”*. Seguidamente, Victor Choque, dos trabalhadores fabris de La Paz, afirmou que os operários fabris vêm compreendendo a necessidade de *“levar a revolução à prática”*. É parte dessa tarefa, disse, lutar *“para que esse governo não nos divida”* e arrancar os sindicatos das mãos dos burocratas. Finalmente, Bonifacio Asla, representando a fração revolucionária do movimento camponês, disse que *“para tomar o poder há que acabar com os latifúndios do oriente e os minifúndios do ocidente”*. O que exige *“buscar o caminho da insurreição, para que as minas passem às mãos dos mineiros, para que toda a terra seja entregue aos camponeses”*.

Encerradas as falas e sob o fundo da Internacional, os presentes começaram a retirar-se da Casa Social do Professor com a certeza de que a nova etapa da luta de classes conta com uma vanguarda que luta por encarnar os ensinamentos da Revolução Russa e por aplicá-los às particularidades de nossos países. Está aí a importância do ato pelos 100 anos da Revolução Russa realizado na Bolívia. Constituiu, sem dúvida, numa tribuna revolucionária, internacionalista, do marxismo-leninismo-trotskismo, que trabalha paciente e incansavelmente por forjar e formar os quadros revolucionários, capazes de fundir o instinto revolucionário do proletariado a consciência socialista que se encarna no programa da revolução e ditadura proletárias e dos Estados Unidos Socialistas de América Latina.

Viva o ato militante, revolucionário, internacionalista, do POR boliviano!

Viva a Revolução Russa!

Viva o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!

Brasil / Ato político do POR

No dia 22 de outubro, militantes, simpatizantes e convidados do POR se manifestaram nesses 100 anos da Revolução Russa. Como parte do ato político, o POR lançou o livro: “100 anos da Revolução Russa – pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional”.

O ato se iniciou com a explicação de que a comemoração dos 100 da Revolução de 25 de outubro de 1917 se dava sob a bandeira de reconstrução do partido mundial da revolução socialista. A destruição da III Internacional em 1941 pela burocracia estalinista refletiu a política de traição ao proletariado de todo o mundo. A constituição da IV Internacional em 1938, pela Oposição de Esquerda Internacional, sob a direção de Leon Trotsky, mostrou o mais completo acerto. Três anos depois, Josef Stalin desmontava a III Internacional, que programaticamente já estava morta para os objetivos da revolução mundial. A desintegração da IV Internacional, nos anos 1950-60, em razão do revisionismo, aprofundaria a crise de direção revolucionária. Lutar sob a bandeira da Revolução Russa e do bolchevismo conduz a vanguarda marxista a trabalhar pela reconstrução do partido mundial da revolução socialista.

“Este ato, camaradas, se distingue da hipocrisia daqueles que comemoram os 100 anos da Revolução Russa em palavras e, na prática, se negam a construir o partido marxista-leninista-trotskyista em nosso país.

Destacou-se que antes de 1917 houve a primeira revolução proletária, a Comuna de Paris, em 1871. Foi esmagada pela contrarrevolução. Sua derrota trouxe como ensinamento a necessidade da ditadura do proletariado. A Revolução Russa, no entanto, foi a primeira revolução proletária vitoriosa. Teve como distinção a existência do partido bolchevique, com seu programa e seus quadros. Lênin foi o grande elaborador das posições do bolchevismo. Travou uma luta com outras correntes – contra os mencheviques e socialistas revolucionários. Teve também de combater no interior do partido a ala conciliadora que desviava o proletariado do caminho da tomada do poder. Foram os bolcheviques que explicaram que, na fase imperialista, somente a revolução proletária é possível; que o partido é o programa, por meio do qual o proletariado define sua estratégia e tática, sem o qual somente restam os caminhos oferecidos pela burguesia. O processo de restauração capitalista e a desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), sem dúvida, foi uma vitória da contrarrevolução. Não foi, porém, uma derrocada da Revolução de Outubro e do socialismo, mas sim do estalinismo. Representa um profundo retrocesso, que se expressa mais acabadamente na crise de direção mundial do proletariado. A restauração em andamento não rejuvenesceu o capitalismo, que continua senil e putrefato.

O POR reivindica integralmente das experiências da Revolução de Outubro de 1917 e do leninismo. Os explorados necessariamente têm de retomar as conquistas mundiais da classe operária. Nosso dever é o auxiliá-los construindo o partido internacionalista.

Camaradas, vamos nos pôr de pé e de punho cerrado iniciar nosso ato político com um VIVA À REVOLUÇÃO de OUTUBRO e MORTE ao CAPITALISMO. Todos prontamente se levantaram, cerraram os punhos e gritaram com uma só voz: VIVA A REVOLUÇÃO RUSSA, MORTE AO CAPITALISMO”.

Em seguida, tomou a palavra o primeiro expositor que explicou o levante das massas que concluiu com a Revolução de Fevereiro de 1917. O czarismo foi derrubado e se constituiu um governo provisório burguês. Fevereiro teve como estopim a miséria extrema, acentuada pela guerra imperialista, que fez com

que operárias têxteis se levantassem exigindo Pão e Paz. O movimento se massificou e conseguiu dividir o aparato repressivo. Os soviets, criados pelas massas na revolução de 1905, voltam a ser criados em 1917, porém se entroncam com o governo provisório, fruto da Duma, encabeçado pelo Príncipe Lvov. A classe operária esteve à frente da Revolução de Fevereiro, mas não pôde constituir seu próprio governo. De maneira que a revolução concluiu como burguesa.

Neste momento, os bolcheviques eram minoritários e os soviets eram dirigidos por correntes pequeno-burguesas como os mencheviques e os socialistas revolucionários, que relegavam aos oprimidos o papel de apoio à burguesia contra o czarismo. Dentro do partido bolchevique também havia uma ala (a de Kamenev, Zinoviev e Stalin) que defendia o apoio ao governo provisório. Lênin batalhou pela independência de classe. Desde março, em suas “Cartas de Longe” colocava a necessidade de não confiar no governo provisório. Chegando à Rússia, em 3 de abril, mostrou que o governo burguês não tiraria o país da guerra, nem daria a terra aos camponeses. Nas Teses de Abril, diz que o proletariado deve se preparar para uma segunda revolução, a proletária.

Uma camarada deu prosseguimento à exposição, ressaltando os acontecimentos que levaram às jornadas de junho e julho. Em maio, quando Trotsky chegou do exílio, o governo provisório estava despedaçado. Procurava mandar os soldados para o front, um verdadeiro decreto de morte para os camponeses. Diante da crise, formou-se um governo de coalizão, com mencheviques, socialistas revolucionários e cadetes. Em junho, realizou-se o I Congresso dos Sovietes, cuja maioria de delegados era dos mencheviques e socialistas revolucionários. Porém, os bolcheviques, ainda que minoritários, persistiram na agitação e propaganda e as massas de operários e soldados (camponeses) iam se aproximando de suas bandeiras dia após dia. Em junho, a Rússia fervia. A partir da realização da Conferência dos bolcheviques, a bandeira de “todo poder aos soviets” ganhou força. Depois de uma manifestação chamada pela artilharia dos soldados, houve nova jornada de lutas, que culminou com o massacre. O governo provisório reconstituiu a pena de morte, que havia sido derrubada junto com o czarismo. Em fins de julho, diante de uma nova crise do governo provisório, Kerensky assumiu o governo e se intensificou o ataque aos bolcheviques. Como o partido estava profundamente vinculado ao proletariado, com uma linha acertada e combinava o trabalho legal e ilegal, conseguiu se recuperar rapidamente das prisões, destruição de sua imprensa, exílio e clandestinidade.

Outro companheiro destacou os acontecimentos que levaram à insurreição de Outubro. O general Kornilov preparou o golpe contrarrevolucionário. Os soviets e os bolcheviques lideraram a resistência. A dualidade de poderes se configurava com os soviets ocupando cada vez mais funções administrativas e de governo. Os operários começaram a se armar e no campo crescia a ocupação e expropriação de terras. Com o entroncamento das massas com a direção de seu partido, as condições amadureceram para a tomada do poder. Em 10 de outubro, ocorreu a Conferência do partido bolchevique e venceu a posição leninista de preparar a insurreição, que deveria eclodir antes do 2º Congresso dos Sovietes. É aprovada a constituição do Comitê Militar Revolucionário, dirigido por Trotsky. Na noite de 24 para 25

de outubro, organizou-se a tomada do Palácio do governo. Na sequência, Lênin promulgou os decretos de paz, nacionalização da terra. O expositor concluiu que os bolcheviques partiram das seguintes premissas: que o regime social existente era incapaz de resolver os problemas da nação; que a classe capaz de resolvê-los era o proletariado; e que uma importante parcela da pequena burguesia estava pronta para segui-lo. Finalizou ressaltando a importância do partido.

Após as exposições, abriu-se para os presentes tomarem a palavra. Vários camaradas prestaram homenagem aos 100 anos da Revolução Russa. Destacou-se a discussão da restauração capitalista. Um dos convidados perguntou por que a União Soviética desmoronou.

A explicação sobre a restauração é uma necessidade para a vanguarda que luta para reconstruir o partido mundial. Assim, um camarada iniciou a resposta. Mostrou que a Revolução Russa ocorreu em um país que carregava o peso do atraso feudal. O capitalismo estava sendo implantado pelas forças econômicas externas. A classe operária era minoritária, não passava de 4 milhões, enquanto que o campesinato abarcava a imensa maioria, cerca de 100 milhões. O processo iniciado na Rússia dependia da revolução mundial, porém, a revolução na Europa foi derrotada. Além disso, os longos anos de guerra civil deixaram cerca de sete milhões de mortos, muitos da vanguarda revolucionária. Sobre esta base, a burocracia se constituiu como uma casta que degenerou a ditadura do proletariado, substituindo-a pela ditadura burocrática. Promoveu uma revisão do programa bolchevique e da teoria marxista do internacionalismo. O socialismo nacional passou a propagar a possibilidade de construir o socialismo em um só país. Além de liquidar o programa, o estalinismo liquidou fisicamente a vanguarda, que esteve à frente da revolução. Dispondo-se a garantir a convivência pacífica com o imperialismo, dissolveu a III Internacional por decreto. Tratou-se de um profundo retrocesso que afetou o mundo todo. A restauração, porém, não se completou. Os ramos fundamentais da economia, que concentram a maior parte das forças produtivas, continuam sob o controle da burocracia autoritária. Afirmou-se a necessidade de a classe operária retomar o controle operário por meio de uma revolução política, além de expropriar as camadas burguesas que estão se formando.

Nesse mesmo sentido, a discussão adentrou à distinção entre bolchevismo e estalinismo. Uma das militantes mostrou que POR defende cotidianamente as lições da Revolução Russa. Estalinistas, reformistas e ideólogos da burguesia procuram confundir o leninismo com o estalinismo. Esta impostura leva à negação de todas as conquistas programáticas e organizativas dos bolcheviques e criam uma imensa confusão entre a classe operária e sua vanguarda. O estalinismo expressa o socialismo nacional, portanto, nacionalista, enquanto que o leninismo é a encarnação mais acabada do internacionalismo marxista. Uma das lições da Revolução Russa é que não basta combater ideologicamente a burguesia. Foi necessário se diferenciar das correntes vacilantes

100 anos da Revolução Russa

e ajudar as massas a fazerem a experiência com elas para que pudessem conquistar a independência política. O estalinismo tem procurado criar disfarces que ocultem suas traições e sua responsabilidade perante a restauração capitalista.

Outro camarada tomou a palavra e fez a seguinte consideração. Perguntou: “o que cada classe pode dizer da Revolução Russa?” A burguesia imperialista não pode ocultar a história, então, por meio da imprensa monopolista resume à passagem do poder do czar branco ao czar vermelho. A burguesia nacional-reformista inventa a tese do socialismo do século XXI, mas não pode falar da expropriação dos meios de produção, da entrega das terras aos camponeses, nem mesmo da emancipação das nacionalidades. Negam a revolução russa. A pequena burguesia, com seus partidos, como o PSOL, não pode falar da ditadura do proletariado, do centralismo democrático. Somente o proletariado pode assimilar toda a tradição bolchevique e esta assimilação é parte da construção do seu partido.



Um camarada operário expôs a necessidade de que as bandeiras levem o proletariado a se chocar com a burguesia. Amparou-se nos ensinamentos das Teses de Abril. Mostrou a atualidade das lições da Revolução Russa para a construção do partido-programa, sem o qual não haverá revolução proletária vitoriosa. Outra militante desenvolveu a importância dos organismos de duplo poder

criados pelas massas. Explicou como os soviets eram o embrião da ditadura do proletariado. Assim, o poder emanava da ação e iniciativa das massas, a polícia e exército foram sendo substituídos pelo armamento geral do povo e a burocracia estatal substituída pelos mandatos revogáveis, constituindo a democracia operária nos anos iniciais da revolução. Por meio desta criação das massas e da fusão dos soviets com a direção bolchevique, forjaram-se as condições para a construção do Estado operário e governo operário e camponês.

Um convidado, que acompanha o desenvolvimento do POR desde a sua origem, ressaltou a importância da produção teórica do partido. Recomendou os livros publicados pelo POR. Declarou que, apesar das diferenças, vivenciou duras experiências da luta de classes em que os poristas mostraram firmeza.

O ato se encerrou com uma consideração final sobre o lugar da Revolução Russa na história. E, em particular, na construção do partido revolucionário no Brasil, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. Um partido somente é proletário, marxista, se suas raízes nacionais resultarem do internacionalismo. Internacionalismo que deita suas raízes na luta de classes, nas experiências do proletariado por menores que sejam e nas revoluções derrotadas ou vitoriosas. A raiz mais profunda do internacionalismo se encontra na Revolução Russa. A burguesia, como muitas vezes ficou demonstrado, pode cortar até mesmo o tronco da árvore da revolução, mas jamais tocará em suas raízes, das quais novas revoluções germinarão. Todos ficaram de pé. Levantaram os punhos e cantaram o Hino da Internacional. Bradou-se um viva à Revolução Russa e morte ao capitalismo.

Franco da Rocha - subsede da APEOESP - 28 de outubro de 2017- 100 anos da Revolução Russa

No dia 28 de outubro, aconteceu o debate dos 100 anos da Revolução Russa na subsede de Franco da Rocha. Logo de cara, já se percebia que não tratava de uma atividade qualquer, pois houve um grupo de professores da região que, com faixas, fotos e cartazes caracterizaram o salão da subsede, de modo a nos remeter ao tema a ser debatido.

Um camarada do POR fez a exposição, percorrendo desde o período que aconteceu a Revolução de 1905, passando pela Revolução de fevereiro e chegando à Revolução de outubro de 1917.

Chegando à Revolução de outubro de 1917, o camarada enfatizou o significado de assimilar a experiência e as lições de cada processo do bolchevismo para a tarefa de construção do parti-

do em nosso país, ressaltou a importância do partido-programa como insubstituível para uma revolução proletária vitoriosa.

Destacou o papel de Lênin como a figura que melhor encarou o socialismo científico de Marx e Engels e do combate que travou dentro do partido e contra os falsos socialistas.

Outro ponto foi à necessidade de superar a crise de direção instaurada pelo estalinismo, esse grande obstáculo a ser vencido para o caminho da Revolução proletária.

Os participantes contribuíram com várias intervenções, demonstrando interesse pelo tema. A atividade que estava prevista para durar 2 horas chegou a 3 horas de duração.

Viva a Revolução Russa!

Morte ao Capitalismo!

Rondônia

O POR participou do debate do centenário da revolução russa em Rolim de Moura

Aconteceu na tarde do dia 27 de outubro, no auditório da Regional da Mata do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (SINTERO), em Rolim de Moura, e à noite no auditório da biblioteca do Campus de Rolim de Moura, um debate organizado para discutir sobre o centenário da Revolução Russa. O tema era: Centenário da revolução russa: lições para os movimentos sociais, suas conquistas, a restauração capitalista e as práticas pedagógicas advindas destas lições.

Para a militância do Partido coube o tema: Transição Histórica: Trotsky e o Programa de Transição. Portanto, tinha como tarefa mostrar o significado desta transição e o papel do partido bolchevique na Revolução Russa, cujo significado histórico é imensurável como referência para a reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV Internacional e a liderança de Trotsky na reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. O único partido capaz de levar avante a luta do proletariado no cumprimento do seu papel histórico.

O debate nos colocou a responsabilidade de demonstrar o papel traidor de Stalin, que negou o internacionalismo proletário e se colocou pelo nacionalismo – “socialismo em um só país”. A política de Stalin levou à restauração capitalista na ex-URSS e a burocratização do partido bolchevique. Representou, portanto, a derrota mundial do proletariado. Concluiu destruindo a III Internacional,

que representava o partido mundial da revolução socialista.

Durante o debate, o POR se posicionou diante da traição do PT e seu caudilho Lula, que se distanciou das massas e aliou-se à burguesia, levando ao atraso dezenas de anos de trabalho e acaudilhando as massas em torno de um programa oportunista que levou camponeses, operários, portanto, a maioria oprimida a intensas derrotas.

Com participação também da Corrente Proletária da Educação (CPE/POR), mostramos que se quisermos superar o atraso na educação e a profunda decomposição dos serviços públicos, com cortes cada vez mais duros de recursos, temos de avançar na luta unificada das massas contra os governos antinacionais e antipopulares. O que significa defender consequentemente as reivindicações das massas oprimidas como ponto de partida para a luta política contra o regime capitalista, a burguesia e seus governos. Nesse sentido, a Revolução Russa trouxe a lição: será por meio da insurreição proletária que colocaremos fim ao capitalismo e edificaremos uma sociedade socialista.

Nesse ato e debates em homenagem aos 100 anos da Revolução Russa, o POR apontou o quanto estão vigentes as conquistas dessa primeira revolução proletária vitoriosa, entre elas a importância do partido revolucionário. E concluímos nossa intervenção cantando o hino da internacional.



Lênin e a questão nacional

No Jornal Massas 552, iniciamos a publicação sobre a posição de Lênin em relação ao problema nacional. No Massas 553, publicamos a resolução aprovada na VII Conferência de Toda a Rússia do POSDR (b), 24-29 de abril de 1917. Na sua apresentação, fizemos uma referência à formulação programática sobre a opressão nacional discutida no II Congresso do Partido Operário Socialdemocrata Russo, em 1903. A questão suscitou um intenso debate. Lênin se viu obrigado a explicar o conteúdo desse ponto, que passava a constar como fundamento programático. Redigiu o artigo denominado “O Problema Nacional em nosso Programa”. A precisão com que se formulou o direito de autodeterminação e de separação da nação oprimida foi tal que se confirmou plenamente na revolução burguesa de fevereiro e pela proletária de outubro. Em fevereiro, o governo provisório e a burguesia liberal se negaram terminantemente a reconhecer tal postulado defendido pelos bolcheviques. Os socialistas revolucionários e os mencheviques seguiram a diretriz da centralização burguesa autoritária. A Revolução de Outubro não só reconheceu a existência da secular opressão nacional do império como cumpriu rigorosamente o programa de 1903. Ao lado da questão agrária, a questão das nacionalidades compareceu como uma grande tarefa democrática. Assim, estava formulada no programa de 1903 e assim se manifestou no processo revolucionário de fevereiro a outubro. Muita incompreensão e confusão surgiram no momento em que se concebia programaticamente a questão nacional.

Lênin inicia esclarecendo o caráter democrático do problema nacional. A Rússia necessariamente passaria por uma revolução democrática, que liquidaria o czarismo e edificaria “uma república com uma Constituição democrática”. Uma de suas tarefas seria “o reconhecimento do direito de autodeterminação a todas as nações que formem parte do Estado”. O primeiro esclarecimento foi o de que não se confunde a defesa incondicional do direito de autodeterminação com o apoio a movimentos separatistas. Lênin observou: “A socialdemocracia combaterá sempre toda tentativa de influir de fora sobre a autodeterminação nacional pela violência ou por qualquer outro meio injusto”. Essa ideia inicial reconhece que a solução do problema nacional diz respeito à própria nação oprimida. Cabe ao seu povo decidir se quer ou não permanecer sob o mesmo Estado. Toda intervenção externa que fira esse direito de decisão expressa a opressão nacional. Nisto reside o conteúdo e o fundamento democrático da autodeterminação.

Outro aspecto se refere a posição a ser tomada pelo proletariado diante de um movimento concreto separatista. Aí se instala o erro de vincular o direito à autodeterminação à obrigatoriedade de apoiar a separação. Lênin deixa bem claro que “o reconhecimento incondicional da liberdade de autodeterminação não nos obriga em absoluto a apoiar todas as exigências de autodeterminação nacional. A socialdemocracia, como partido do proletariado, se traça o objetivo positivo e fundamental de estimular a autodeterminação, não tanto dos povos e nações, mas sim sobretudo do proletariado dentro de cada nacionalidade. Devemos aspirar, sempre e incondicionalmente, a mais estreita unificação do proletariado de todas as nacionalidades, e somente em casos concretos e excepcionais poderemos colocar e apoiar ativamente as reivindicações que tentam



a criação de um novo Estado de classe, ou a substituição da plena unidade política do Estado pela mais débil unidade federativa, etc.”

Respondendo às críticas do Partido Socialista Polaco (PSP), Lênin reforça o esclarecimento. Eis: “No final das contas, o reconhecimento do direito de todos os cidadãos a se associarem livremente não obriga os socialdemocratas a apoiarem a criação de qualquer associação nova; nem nos impede de nos pronunciar e desenvolver agitação contra a conveniência e a sensatez de criar tal ou qual nova associação”. Os opositores do direito de autodeterminação e separação estabeleciam uma incoerência onde não havia. Nada impede os revolucionários de não apoiarem um determinado movimento separatista por considerar que essa não é a via do progresso econômico e social e, ao mesmo tempo, lutar firmemente pelo seu direito à separação.

Tomemos mais essa passagem: “Coloquemos abertamente o que constitui a raiz do problema. Deve a socialdemocracia exigir sempre, de maneira incondicional, a independência nacional, ou somente em certas e determinadas condições? E em quais?” A resposta exige distinguir com precisão a fraseologia democrático-burguesa da autodeterminação da posição programática do proletariado. Diz Lênin: “O democrata burguês (...) imagina que a democracia acaba com a luta de classes, motivo pelo qual apresenta todas suas reivindicações políticas de um modo abstrato, global, incondicional, do ponto de vista dos interesses de todo o povo, e também do ponto de vista dos princípios eternos e absolutos da moral. O socialdemocrata desmascara implacavelmente, sempre e, em toda parte, esta ilusão burguesa, que se expresse seja em uma filosofia idealista abstrata, seja em uma incondicional exigência de autodeterminação nacional”.

Lênin recorre às formulações de Karl Kautsky de 1896 sobre a independência da Polônia. Eis: “No momento em que o proletariado polaco se ocupa do problema polaco, não se pode deixar de pronunciar em favor da independência da Polônia; não pode, portanto, deixar de saudar cada passo que agora mesmo possa dar nesta direção, sempre que esteja de acordo com os interesses de classe do proletariado militante internacional. É necessário, no entanto, (...) formular em todo o caso uma reserva. A independência nacional não se acha vinculada de um modo tão indissolúvel aos interesses de classe do proletariado militante, que devamos nos inclinar até ela incondicionalmente, sob quaisquer circunstâncias”. Conclusão de Lênin: “Como se vê, Kautsky rechaça de maneira categórica o postulado incondicional de independência das nações e exige de maneira categórica que o problema se coloque não só nos termos históricos gerais, mas concretamente nos termos de classe”. Com esse exemplo, fica claro que o direito incondicional de autodeterminação e separação não se traduz automaticamente em defesa incondicional de uma determinada separação.